



**Secretaria de
Desenvolvimento Territorial**



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

**CONTRATO: 0240547-67/2007
PROGRAMA PRONAT**

**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria do Desenvolvimento Territorial
União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30**

Diagnóstico Territorial

Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro

**Este Diagnóstico Territorial foi elaborado pela União das Associações e Cooperativas
Usuárias do Pavilhão 30 e pelas organizações
que compõem o Território Baía da Ilha Grande por meio de atividades apoiadas pelo
Convênio SDT- MDA - UNACOOP**

Novembro de 2011

**DIAGNÓSTICO TERRITORIAL
TERRITÓRIO BAÍA DA ILHA GRANDE**

ANO 2011

RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	CARACTERIZAÇÃO	8
2.1.	Aspectos Gerais do Território.....	8
2.2.	Aspectos do Território do Ponto de Vista dos Municípios	31
2.3	As Comunidades Quilombolas, Caiçaras, Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Indígenas	72
3.	CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.....	98
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
	ANEXO – CD COM APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES.....	105

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL
TERRITÓRIO BAÍA DA ILHA GRANDE – RIO DE JANEIRO

Convênio SDT- MDA – UNACOOP
Contrato Repasse 0240547-67/2007 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

ELABORADO PELA UNACOOP – UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E
COOPERATIVAS USUÁRIAS DO PAVILHÃO 30

EQUIPE TÉCNICA

UNACOOP

Carlos Henrique Tatagiba

Eduardo Stogmüller

Patrícia Pires Santos

ASPLANDE

Rogério Marcos Cassel

Rosângela M. de Sant'Anna

Tereza Coni Aguiar

COLABORADORES

Fundação Nacional do Índio

Comunidade Quilombola de Marambaia e Santa Rita do Bracuí

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty

Secretaria de Estado e Assistência Social

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

AGRADECIMENTOS

Secretarias de Agricultura Municipais, EMATER, Prefeituras Municipais, Colônia de Pescadores, Associação de Maricultores, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais. A UNACOOP agradece a todos da área do Território que participaram com informações e contribuíram para a realização do presente trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Síntese do Território Baía da Ilha Grande.....	9
Tabela 2	Ocorrências Impactantes Observadas no Meio Ambiente com Frequência nos Últimos 24 meses – 2008.....	13
Tabela 3	População Total, Urbana e Rural – Participação sobre a População do Território, Área e Densidade Demográfica	14
Tabela 4	IDH dos Municípios do Território Baía da Ilha Grande.....	15
Tabela 5	Proporção de Moradores Abaixo da Linha de Indigência e Pobreza – 2010.	16
Tabela 6	Percentual de População Vivendo em Domicílios Subnormais	17
Tabela 7	Percentual da População Vivendo em Domicílios com Água Encanada, Banheiro, Coleta de Lixo e com Energia Elétrica	17
Tabela 8	Informações Sobre Abastecimento de Água nos Municípios do Território	18
Tabela 9	Ranking IFDM / Educação 2006 para Municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	20
Tabela 10	Estabelecimentos de Ensino em Atividade nos Municípios do Território.....	20
Tabela 11	Professores em Exercício em Sala de Aula, por Dependência Administrativa no Território	21
Tabela 12	Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas e Número de Matrículas Realizadas	21
Tabela 13	Casos Registrados das Principais Doenças no Território de 2003 a 2004.....	26
Tabela 14	Principais Projetos no Território da Baía de Ilha Grande	27
Tabela 15	Síntese de Informações do Município de Angra dos Reis	33
Tabela 16	Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.....	35
Tabela 17	Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006	36
Tabela 18	Movimentação de Empregos Formais.....	37

Tabela 19	Lavoura Temporária – Angra dos Reis	37
Tabela 20	Lavoura Permanente.....	38
Tabela 21	Pecuária	38
Tabela 22	Síntese do Município de Itaguaí	40
Tabela 23	Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.....	43
Tabela 24	Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.....	43
Tabela 25	Movimentação de Empregos Formais	44
Tabela 26	Lavoura Temporária - Itaguaí	45
Tabela 27	Lavoura Permanente	45
Tabela 28	Pecuária	46
Tabela 29	Síntese do Município de Mangaratiba	48
Tabela 30	Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.	51
Tabela 31	Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006	51
Tabela 32	Movimentação de Empregos Formais	52
Tabela 33	Lavoura Temporária - Mangaratiba.....	53
Tabela 34	Lavoura Permanente	53
Tabela 35	Pecuária	53
Tabela 36	Síntese do Município de Paraty	57
Tabela 37	Número de Creches, Professores e Matrículas, Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.	60
Tabela 38	Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006	61
Tabela 39	Movimentação de Empregos Formais	62
Tabela 40	Lavoura Temporária – Paraty.....	62

Tabela 41	Lavoura Permanente.....	63
Tabela 42	Pecuária	63
Tabela 43	Síntese do Município de Seropédica	66
Tabela 44	Número de Creches, Professores e Matrículas, Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.	69
Tabela 45	Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006	70
Tabela 46	Movimentação de Empregos Formais	70
Tabela 47	Lavoura Temporária - Seropédica	71
Tabela 48	Lavoura Permanente	71
Tabela 49	Pecuária	71
Tabela 50	Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar segundo os Municípios do Território da Baía de Ilha Grande.....	74
Tabela 51	Número de Pescadores Artesanais no Território da Baía de Ilha Grande	76

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se de uma análise dos diagnósticos municipais realizados nos cinco municípios integrantes do Território Baía da Ilha Grande. Durante a análise também foram utilizados como informações complementares a sistematização de dados obtidos através de questionários aplicados nas secretarias de agricultura, nas comunidades rurais, nas comunidades quilombolas, nas colônias de pescadores artesanais e nas aldeias indígenas, além das atas de reuniões do Núcleo Técnico e dos relatórios dos encontros que aconteceram nos municípios na primeira etapa do projeto, conforme previsto no Plano de Trabalho (PT) encaminhado ao MDA.

O estudo foi impulsionado pelo apoio financeiro recebido através do convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pela União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 (UNACOOOP). Acredita-se que esse levantamento contribua para melhor definir o PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável), além é claro apresentar as informações iniciais sobre a situação do público alvo do MDA no território.

O diagnóstico elaborado pela UNACOOOP visa acima de tudo alavancar ações que promovam o desenvolvimento de políticas públicas voltadas principalmente aos agricultores familiares, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, pescadores artesanais, caiçaras e assentados da reforma agrária e a integração harmônica dos cinco municípios localizados na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Tem ainda como objetivo identificar as potencialidades socioeconômicas de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Seropédica, bem como estimular ações que favoreçam o protagonismo destes atores locais;

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Aspectos Gerais do Território

O território Baía da Ilha Grande é composto por cinco municípios situados no sul do Estado do Rio de Janeiro, Angra do Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica. Estes municípios englobam uma área de 2663 km² onde vive uma população de aproximadamente 430.502 habitantes. (IBGE, 2010) Destaca-se nesta porção do estado do Rio de Janeiro 1901 pescadores artesanais, 660 famílias de comunidades quilombolas, 5 aldeias indígenas, 1833 agricultores familiares e 294 famílias de assentados. (Tabela 1).

A área geográfica ocupada por esse território compreende 2663 km² (IBGE, 2010) e apresenta um relevo bastante acidentado cuja altitude, em grande parte, varia de 0 m a 800m acima do nível do mar. Em alguns pontos podem ser encontradas altitudes superiores a 1000m como é o caso do Pico do Frade (1640m) ou do Pico do Sinfrônio (1500 m entre os municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba) entre outros. Esta grande variação de altitude surge em função da proximidade dos maciços alcantilados da Serra do Mar com o Litoral. Outra forma de acidente geográfico comum na região são as ilhas, mais de 300 no território, sendo a mais conhecida a Ilha Grande.

A região em que se encontra o Território Baía da Ilha Grande tem origem em uma grande reentrância na linha da costa, que possui na sua barra, uma grande ilha, dividindo esta baía em duas grandes seções: em uma encontra-se a baía de Jacuecanga e na outra se encontra a baía da Ribeira. A baía da Ilha Grande é formada por uma infinidade de enseadas e sacos e a presença das fracas correntes junto à linha do litoral levando à formação de vastas áreas de manguezal em baixios litorâneos intercalados por praias amparadas por costões. Cabe, aqui, citar aspectos levantados pela Agência Nacional de Águas sobre a bacia hidrográfica Baía de Ilha Grande, corpo de água salgada semi-confinada, com cerca de 1.120 km² de superfície, perímetro de 353 km, 365 ilhas e ilhotas e mais de duas centenas de praias. A bacia contempla terras dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

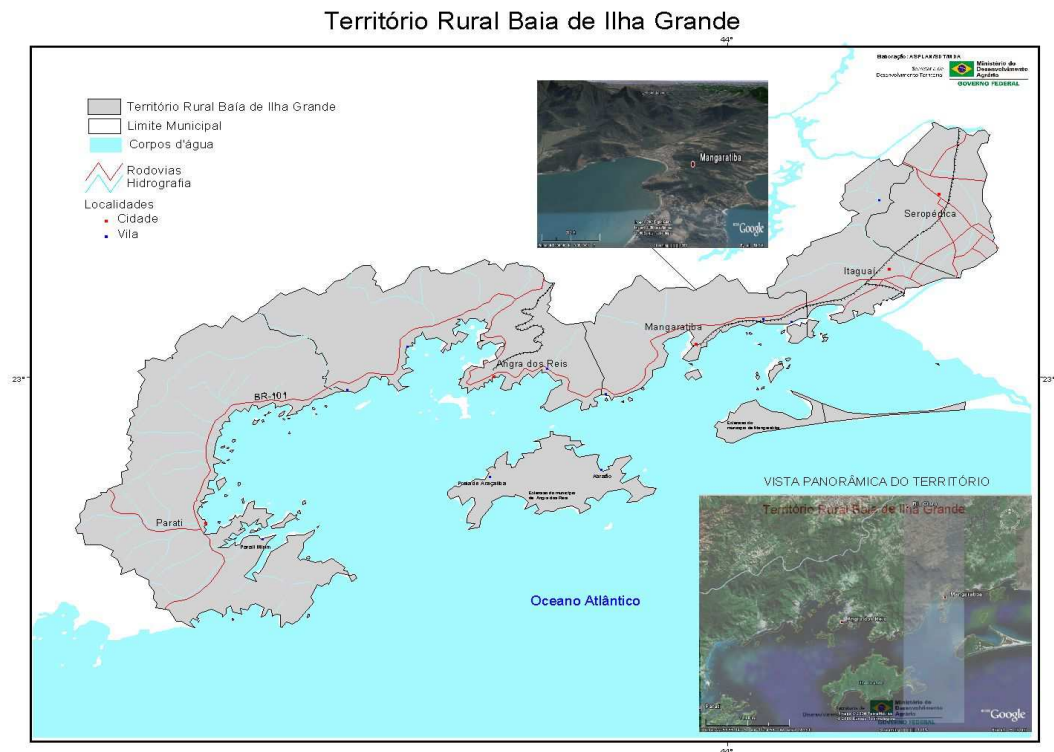
Destaca-se, também, neste território um importante acidente geográfico, a Serra do Mar, que acompanha a linha da costa beirando o litoral e influenciando especialmente o regime de chuvas, o uso do solo e as atividades econômicas.

Tabela 1: Síntese do Território Baía da Ilha Grande

MUNICÍPIOS INTEGRANTES	ANGRA DOS REIS, MANGARATIBA, ITAGUAÍ, SEROPÉDICA E PARATY
POPULAÇÃO TOTAL	430,502 hab
POPULAÇÃO RURAL*	39.127 hab
AGRICULTORES FAMILIARES**	1.833
FAMILIAS ASSENTADAS	294
PESCADORES ARTESANAIS	1.901
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	05 COMUNIDADES – 660 FAMILIAS 01 TITULADA 04 EM PROCESSO DE TITULAÇÃO
TERRAS INDIGENAS	05 ALDEIAS 03 HOMOLOGADAS 02 EM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO
ÁREA TOTAL DO TERRITÓRIO	2663 KM ²

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010*; Censo Agropecuário, 2006**

Figura 1 – Mapa do Território Baía de Ilha Grande



Localiza-se a Serra do Mar ao fundo da Baía, onde as condições geológicas e geomorfológicas da plataforma continental em confrontação com a linha da costa proporcionam a formação de um grande anfiteatro de montanhas escarpadas, constituindo um grande paredão abrupto que mergulha em sentido às baixadas sedimentares litorâneas. Assim, os aspectos fisiográficos mais importantes da região são definidos pela vertente atlântica da Serra do Mar, com terrenos montanhosos de forte declividade, estreitas planícies aluviais descontínuas ao longo do litoral e inúmeras enseadas e ilhas, resultantes do afloramento de escarpas diretamente do oceano.

Nas escarpas da vertente da Serra do Mar de elevada declividade nascem rios que vão desembocar na Baía de Ilha Grande destacando-se os rios Mambucaba, Perequê e Bracuí. Em geral esses rios têm pequena extensão, regime torrencial, declividade elevada e grande quantidade de cachoeiras. As nascentes situam-se nas encostas íngremes voltadas para o mar, exceção feita aos rios Mambucaba e Bracuí – Paca Grande, cujas cabeceiras encontram-se no planalto da Bocaina. O rio Mambucaba, devido ao seu porte, destaca-se nesta bacia. Observa-se que estes rios pelo relevo acidentado, forte declividade, elevado índice pluviométrico caracterizam pelo regime torrencial, ficando sujeitos à rápida ação das chuvas.

Além do Mambucaba, merecem destaque os rios Jacuecanga, Japuíba, do Pontal, Jurumirim, Bonito, Ariró, Bracuí, Grataú, da Conceição, Japetinga, do Funil, de Barra Grande, Pequeno, Perequê-Açu, do Morisco, dos Meros e Paraty-Mirim.

Diferenciando-se deste conjunto tem-se a Baixada de Sepetiba caracterizada por extensa planície cortada por rios pertencentes a bacia com rios contribuintes da Baía de Sepetiba, merecendo destaque o rio Guandu, cujas águas são captadas e destinadas ao consumo de grande parte da população da região metropolitana. Por ser muito embrejada e sujeita à inundações, esta planície exigiu obras de retificação de muitos de seus cursos, entretanto, pode-se considerar uma área vulnerável à inundações, especialmente quando ocorre simultaneamente maré alta e período muitos chuvosos.

Os principais fatores de degradação dos recursos hídricos da bacia são cargas elevadas de esgotos domésticos; escoamento superficial de áreas urbanas; efluentes industriais; efluentes oleosos; chorume; lançamento de lixo; processos erosivos generalizados nos solos das bacias hidrográficas; aterros e drenagem de alagadiços e lagoas marginais; ocupação de margens de rios e lagoas; retirada de matas marginais e extração de areia.

Os principais impactos ambientais na bacia provêm das ocupações dos núcleos urbanos e plantios de banana nos terrenos acidentados e nas encostas da BR-101, que geram focos erosivos. A ocupação desordenada e acelerada faz com que parte das comunidades mais pobres lance lixo e esgotos domiciliares nos corpos d'água.

No baixo curso de muitos rios, observa-se a retirada clandestina de areia e, seixos para emprego na construção civil, o que acarreta a elevação da turbidez e a desfiguração dos leitos. As consequências são poluição orgânica das águas e sedimentos; adição de substâncias tóxicas; metais pesados e óleo nas águas e sedimento; modificação de traçados e seções de canais fluviais; elevação da turbidez e assoreamento da calha; destruição de várzeas sazonalmente inundadas, lagos e alagadiços marginais; diminuição/eliminação de matas marginais e presença de lixo flutuante.

Dados da SEMADS indicam que cerca de 36 km da orla da baía de Ilha Grande apresentam sinais de eutrofização crônica causada pelo despejo de esgoto e outros 60km apresentam sinais de eutrofização pontual ou intermitente. A maior área contínua afetada estende-se do TEBIG à estrada do Contorno, abrangendo o centro de Angra dos Reis.

A Baía de Ilha Grande é considerada área de grande biodiversidade e de fundamental importância para o Ecossistema Fluminense.

Caracteriza-se o Território, do ponto de vista climático, pela grande umidade proveniente de elevado índice pluviométrico, que ultrapassa muitas vezes 15000 mm, no período chuvoso, caracterizando-se pela ausência de mês seco e pela forte influência da topografia acidentada e das chuvas frontais. As suas temperaturas, apresentam poucas variações anuais com índices superiores à 18°C. A cobertura vegetal predominante é característica da Mata Atlântica constituindo-se em outro elemento marcante da paisagem da região. A Mata Atlântica se prolonga por todo território, recobrando os contrafortes da Serra do Mar e conferindo particular beleza que se soma aos demais atrativos naturais que o território dispõe, vindo a formar um todo harmônico. Deve-se destacar que na área há várias Unidades de Conservação que buscam proteger as inúmeras riquezas naturais existentes. As principais Unidades de Conservação Federal e Estadual são as seguintes:

- Floresta Nacional Mário Xavier
- Parque Nacional da Serra da Bocaina
- Área de Proteção Ambiental Cairuçu
- Reserva Ecológica de Juatinga
- Parque Estadual da Ilha Grande
- Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
- Área de Proteção Ambiental de Tamoios
- Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba
- Parque Estadual Marinho Aventureiro

Apesar do grande patrimônio natural existente, observa-se inúmeras ocorrências de impactos ambientais (Tabela 2) no território da Baía de Ilha Grande, provenientes da ocupação desordenada, falta de planejamento e principalmente em decorrência das recentes transformações socioeconômicas que a área vem passando.

Tabela 2: Ocorrências Impactantes Observadas com Frequência no Meio Ambiente nos Últimos 24 meses – 2008

Municípios	Recursos Hídricos	Qualidade do Ar	Biodiversidade	Fatores Climáticos	Solo
Angra dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento corpos d'água • Escassez do recurso água • Poluição recurso água 		<ul style="list-style-type: none"> • Redução do pescado • Queimadas • Desmatamento • Degradação de áreas protegidas 		
Itaguaí	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento corpos d'água 		<ul style="list-style-type: none"> • Redução do pescado 		
Mangaratiba	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento corpos d'água • Escassez de água • Poluição dos recursos de água 		<ul style="list-style-type: none"> • Redução do pescado • Queimadas • Desmatamento 		
Paraty	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento corpos d'água • Poluição dos recursos de água 		<ul style="list-style-type: none"> • Redução do pescado • Degradação de áreas protegidas 		
Seropédica	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento corpos d'água • Poluição dos recursos de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição do ar 	<ul style="list-style-type: none"> • Queimadas • Desmatamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade agrícola prejudicada 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do solo

Fonte: IBGE . Perfil Municipal, 2008. In: Portal odm.com.br.

⇒ Demografia

A população total do Território da Baía de Ilha Grande abrange 430.502 habitantes, sendo que aproximadamente 90% vivem em áreas urbanas e apenas 9 % em área rural. O município de maior contingente de população é Angra dos Reis com 169 270 habitantes seguido por Itaguaí com 109 163 habitantes. As densidades demográficas também são elevadas no Território com exceção de Paraty, que apresenta uma população mais rarefeita. (Tabela 3). Devido ao grande fluxo de turistas no verão, observa-se um aumento considerável da população nesta época, principalmente nos Municípios onde a atividade turística é mais intensa, como Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba. Esta variação populacional interfere em vários serviços oferecidos, prejudicando o atendimento à população local.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural – Participação sobre a População do Território, Área e Densidade Demográfica

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural	Participação sobre a Pop. do Território (%)	Área (Km ²)	Densidade Demográfica
Angra dos Reis	169.270	163.080	6.190	39,32 %	825	205,1
Itaguaí	109.163	104.292	4.871	25,36%	276	395,5
Mangaratiba	36.311	31.989	4.322	8,43%	353	102,8
Paraty	37.575	27.717	9.858	8,73%	925	40,7
Seropédica	78.183	64.297	13.886	18,16%	284	275,2
Território Baía da Ilha Grande	430,502	391,375	39,127	100%	2.663	161,6

Fonte: IBGE , Censo Demográfico 2010.

⇒ Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) indicador criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU), constitui-se na composição de três índices - expectativa de vida ao nascer, alfabetização e taxa de matrícula bruta e, finalmente, renda *per capita* - que reflete dimensões básicas da vida humana. A idéia é de que, para se verificar o avanço de determinado território, não se deve considerar somente as características econômicas e políticas, mas também, as características sociais e culturais vivenciadas por sua população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentado nos estudos socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi criado originalmente para medir o nível do desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Fundação João

Pinheiro do Governo do Estado de Minas Gerais (FJP/MG) e o PNUD divulgaram, em dezembro de 2002, o Novo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, com dados relativos ao Censo de 2000.

Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH Municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Nessa conceituação, o IDH-M do Brasil alcançou a média 0,764 no ano. O Estado do Rio de Janeiro apresentou o IDH de 0,802 ficando em quinto lugar no país.

Observando-se o IDH-M no Território verifica-se que nos municípios houve avanços significativos, em especial em Itaguaí e Seropédica, embora tenham, ainda, se mantido na faixa de médio desenvolvimento humano. A avaliação dos componentes de renda longevidade e educação aponta também mudanças, entretanto, ainda, verifica-se resistência no quesito renda manifestado, principalmente, em Itaguaí com o indicador no patamar de 0,692 e em Seropédica no de 0,684.

Tabela 4: IDH dos Municípios do Território Baía da Ilha Grande

Municípios	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M Renda 1991	IDH-M Renda 2000	IDH-M Longevidade1 991	IDH-M Longevidade 2000	IDH-M Educação 1991	IDH-M Educação 2000
Paraty	0,714	0,777	0,646	0,731	0,751	0,773	0,746	0,827
Angra dos Reis	0,722	0,772	0,66	0,711	0,707	0,736	0,798	0,87
Mangaratiba	0,704	0,79	0,649	0,741	0,678	0,740	0,79	0,889
Itaguaí	0,687	0,768	0,631	0,692	0,652	0,724	0,779	0,889
Seropédica	0,688	0,759	0,611	0,684	0,668	0,712	0,786	0,882

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil..Fundação João Pinheiro, 2000.

Outros indicadores importantes chamam atenção para situação social do território, são os indicadores de percentual de pobreza, indigência e renda apropriada, que apresentam uma proporção elevada em todos os municípios de pobres e de indigentes. Observando-se também que a proporção de renda apropriada pelos mais pobres é muito baixa na área.

Tabela 5: Proporção de Moradores Abaixo da Linha de Indigência e Pobreza – 2010.

MUNICÍPIOS	POBREZA*	INDIGÊNCIA**	RENDA***
Angra dos Reis	15,5	8,3	2,3
Itaguaí	19,4	10,6	2,8
Mangaratiba	15,6	8,2	2,9
Paraty	16,4	8,6	2,7
Seropédica	20,6	10,4	2,4

Fonte: Portal odm.com.br

*Pobres = População com renda inferior a ½ de Salário Mínimo

** Indigentes = População com renda inferior a ¼ de Salário Mínimo

*** Percentagem de renda apropriada pelos 20% mais pobres.

⇒ **Necessidades Habitacionais**

Ao se analisar a questão habitacional devemos considerar que a necessidade de habitação inclui além da moradia o abastecimento de água em qualidade e quantidade satisfatória, o serviço de esgoto, a existência de um meio ambiente saudável e com segurança para todos os cidadãos.

Diversos estudos têm sido realizados sobre o problema do déficit habitacional no país, em nosso estado e na capital.

De acordo com a progressão identificada entre os censos de 1991 e 2000, o mesmo estudo aponta que o estado do Rio de Janeiro levará mais de mil e cem anos para que sejam erradicados os domicílios subnormais e vinte e sete anos para universalizar o acesso à água encanada. Isso indica a necessidade de completa revisão da política habitacional e substancial aumento nos recursos dedicados à provisão de serviços de água e coleta de esgoto, ausente para mais de 1 milhão de fluminenses e cariocas. A realidade dos municípios que integram o Território da Baía de Ilha Grande não se distancia desta situação, conforme pode ser observado na Tabela 6.

O exame dos dados referentes a outros indicadores que dizem respeito à necessidade de habitação revelam atendimento superior à 90% em todos os municípios com exceção de Paraty, no quesito energia elétrica e Seropédica no quesito de coleta de lixo, que ficaram abaixo deste patamar.

Tabela 6: Percentual de População Vivendo em Domicílios Subnormais¹

Municípios	Situação do município segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano
Paraty	Não há pessoas habitando em domicílios subnormais.
Angra dos Reis	3, 53% de pessoas habitando em domicílios subnormais.
Mangaratiba	5,44% de pessoas habitando em domicílios subnormais.
Itaguaí	3,63% de pessoas habitando em domicílios subnormais.
Seropédica	Não há pessoas habitando em domicílios subnormais

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano. Fundação João Pinheiro, 2000.

Tabela 7: Percentual da População Vivendo em Domicílios com Água Encanada, Banheiro, Coleta de Lixo e com Energia Elétrica

Municípios	Pessoas que vivem em domicílios com água encanada	Pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	Pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo	Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica
Angra dos Reis	96,67%	95,62%	97,34%	98,03%
Itaguaí	92,31%	91,45%	91,56%	99,65%
Mangaratiba	94,45%	93,54%	95,22%	93,60%
Paraty	91,23%	88,25%	99,26%	87,97%
Seropédica	94,41%	92,36%	81,38%	94,94%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, Fundação João Pinheiro, 2000.

¹ **Aglomerado subnormal (favelas e similares)** - Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais (IBGE, 2010).

⇒ Saneamento básico e Abastecimento de água

O saneamento básico, responsabilidade constitucional do poder público, é um componente fundamental para a avaliação das condições satisfatórias de vida humana, uma vez que seu fornecimento inadequado tem conseqüências diretas sobre o bem-estar e a saúde da população, bem como sobre a durabilidade da base de recursos do território. As políticas governamentais para o setor de saneamento, que até a década de 1960 foram caracterizadas por medidas esporádicas e localizadas, a partir da Constituição de 1988, em face das novas propostas de redefinição do papel do Estado, colocam ênfase na descentralização e na privatização dos investimentos do setor e trazem de volta para o poder local a responsabilidade das políticas públicas.

A disposição dos resíduos sólidos, por seu lado (a coleta do lixo urbano está presente em 93% dos domicílios do estado), representa a face mais visível da exclusão socioambiental à qual são submetidos os grupos mais despossuídos, uma vez que as áreas periféricas menos valorizadas, justamente aquelas ocupadas por estes grupos, são as preferencialmente escolhidas como depósitos de lixo doméstico, industrial e hospitalar.

Tabela 8: Informações sobre Abastecimento de Água nos Municípios do Território

Municípios	Manancial	Vazão Mínima (l/s)	Vazão Distribuída	Capacidade de Abastecimento (habitantes)	Regime de Abastecimento
Angra dos Reis	Rio Japuiba/Rio Cabo Severino	>90	80,00	28 200	Permanente
Itaguaí	Mazomba (Represa)	60	95,00	27 360	Permanente
	Itinguauçu (Represa)	40	72,00	20 736	Permanente
Mangaratiba	Rio Saco (Represas)	70	60,00	17 280	Permanente
	Muriqui (Represas)	36	62,00	17 856	Permanente
Paraty	Córregos do Cabocí e Pedra Branca	>40	37,80	13 608	Permanente
Seropédica	Rio Guandu	130 000	40.000,00	9 600 000	Abastecimento Variável

Fonte: Dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – Fundação CIDE, 2005.

O abastecimento de água é uma questão essencial para as populações e de fundamental solução pelos riscos que sua ausência ou seu fornecimento inadequado podem causar à saúde pública. No Estado do Rio de Janeiro, o serviço de abastecimento de água por rede geral, realizado em praticamente todos os municípios pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), ainda não está universalizado. Vem apresentando, além disso, problemas diversos, tanto de ineficiência em sua distribuição, quanto de má qualidade da água servida, esta última em grande parte provocada pela má conservação da rede e por condições inadequadas em seu processo de captação, sobretudo quando os pontos estão situados ao longo do Rio Paraíba do Sul ou de seus afluentes, focos de lançamento dos mais diversos tipos de resíduos tóxicos (Tabela 6). Dentre os serviços urbanos de saneamento básico, no entanto, o esgotamento sanitário é o que apresenta as maiores desigualdades no que se refere à abrangência e à qualidade do atendimento, há muito deixando de fora enormes contingentes de moradores das áreas periféricas dos grandes centros, tradicionalmente ocupadas por populações de baixa renda. Sobre tudo nestes locais, é comum o lançamento de esgoto doméstico diretamente em valas, rios, lagos ou no mar, comprometendo a qualidade de vida da população e poluindo a base de recursos do território. A exemplo Rio Itapicu/Mambucaba e diversas pequenas capacitações nos bairros e no centro. Administrada pelo serv. de água e Estado (município) .

⇒ Indicadores de Educação

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), cujo componente educação que apresentamos a seguir, interessa ao cidadão e ao gestor público por ser não apenas abrangente – o que favorece uma análise global da situação da população local – como também mais recente do que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que retratou os municípios brasileiros pela última vez no ano 2000. Os dados atualmente disponíveis para o IFDM datam de 2006. Elaborado em âmbito nacional, o índice permite também a comparação dos municípios fluminenses com todos os demais municípios brasileiros.

A tabela a seguir apresenta indicadores da educação nos municípios do Território da Baía da Ilha Grande e suas respectivas posições em termos com Paratyvos – na coluna “

Tabela 9: Ranking IFDM / Educação 2006 para Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Municípios	IFDM /Educação	Ranking no Estadual
Itaguaí	0,6525	74
Seropédica	0,6637	70
Angra dos Reis	0,6290	80
Mangaratiba	0,7249	44
Paraty	0,7007	58

Fonte: FIRJAN. IFDM, 2006.

Obs: As variáveis analisadas no IFDM Educação são as taxas de matrículas na educação infantil, taxas de abandono, taxas de distorção idade - série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas aulas diárias e resultado do IDEB.

O acesso a Educação em todo o Brasil melhorou a partir da década de 90 e o Estado do Rio de Janeiro não ficou fora desse processo de crescimento. As escolas na década passada eram insuficientes para todas as crianças e hoje o acesso ao Ensino Fundamental é quase que universal. Houve também um crescimento significativo nos outros níveis (Pré-escolar, Ensino Médio e Ensino Superior).

No entanto este aumento no acesso não foi o suficiente para acompanhar o que seria o desejável na melhoria da qualidade da Educação. Muitas crianças ainda hoje abandonam as escolas, além das repetências e do atraso escolar. O grande desafio da Educação brasileira para os próximos anos com toda certeza é o desafio da qualidade.

Tabela 10: Estabelecimentos de Ensino em Atividade nos Municípios do Território

Municípios	Estabelecimentos de Ensino em Atividade				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Seropédica	01	09	42	10	62 escolas
Angra dos Reis	01	15	63	29	108 escolas
Itaguaí	-	16	40	21	77 escolas
Mangaratiba	-	02	35	03	40 escolas
Paraty	-	06	29	10	45 escolas
Território Baía da Ilha Grande	02 Escolas Federais	48 Escolas Estaduais	209 Escolas Municipais	73 Escolas Privadas	332 Escolas em todo território

Fonte: IBGE, 2004

Tabela 11: Professores em Exercício em Sala de Aula, por Dependência Administrativa no Território

Municípios	Professores em Exercício				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Seropédica	45	484	532	196	1.257 professores
Angra dos Reis	64	810	1.183	544	2.601 professores
Itaguaí	-	711	951	305	1.967 professores
Mangaratiba	-	106	790	34	930 professores
Paraty	-	218	246	185	649 professores
Território Baía da Ilha Grande	109 Professores Federais	2.329 Professores Estaduais	3.702 Professores Municipais	1.264 Professores da Rede Privada	7.404 Professores

Fonte: IBGE, 2004. Pólo CEDERJ com diversas federais e estaduais Faculdade Educação da UFF

Tabela 12: Número de Salas de Aula Existentes e Utilizadas e Número de Matrículas Realizadas

Municípios	Salas de aula		Matrículas Realizadas	
	Existentes	Utilizadas	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Seropédica	456	438	14.462	4.379
Angra dos Reis	908	895	28.938	7.401
Itaguaí	680	641	20.307	5.565
Mangaratiba	287	287	6.881	1.302
Paraty	278	271	7.905	1.374
Território Baía da Ilha Grande	2.609 Salas de aula existentes	2.532 Salas de aula utilizadas	78.493 Matrículas realizadas no Ensino Fundamental	20.021 Matrículas realizadas no Ensino Médio

Fonte: IBGE, 2004.

⇒ Retrato da Saúde no Território

A viabilização plena do direito ao acesso universal e equânime aos serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde é operada pelas chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas (NOB).

O Sistema Único de Saúde (SUS) opera tanto em nível federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

Ao compor a estratégia de gestão da regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Rio de Janeiro, foi criada a Rede de Centrais de Regulação do Estado do Rio de Janeiro - RCR/RJ, que tem por missão agilizar e qualificar o fluxo de acesso do cidadão aos serviços e ações de alta e média Complexidade em saúde, de forma organizada, colocando-se a serviço da defesa do direito à saúde. A RCR/RJ, teve sua implementação por etapas.

Nesse sentido, um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por gerir e executar a assistência ambulatorial básica, as ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças; gerir todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/estadual/federal) ou privadas; autorizar internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados; operar o Sistema de Informações Ambulatoriais do (SIA-SUS); controlar e avaliar a assistência básica².

Na Gestão Plena do Sistema Municipal, o município é responsável por gerir e executar todas as ações e serviços de saúde no município; gerir todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; administrar a oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; executar as ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; controlar, avaliar e auditar os serviços no município; e operar o Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) e o SIA-SUS.

No Estado do Rio de Janeiro, 14% dos municípios estão na condição de Gestão Plena da Atenção Básica, 22% na Gestão Plena do Sistema Municipal, 64% na Gestão Plena Estadual, que ocorre naqueles municípios que ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, como no caso de Duque de Caxias, Niterói e a capital, que têm Gestão Plena do Sistema Municipal e algumas unidades geridas pelo Estado.

² A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde.

Paraty tem Gestão Plena Estadual, dispondo da seguinte estrutura:

Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	16
Clínica / ambulatório especializado	3
Consultório isolado	2
Hospital especializado	-
Hospital geral	1
Policlínica	-
Posto de saúde	1
Unidade de apoio a diagnose e terapia	-
Outras unidades	1

Os Estabelecimentos que Prestam Serviços ao SUS, por Tipo de Atendimento têm o Seguinte Quantitativo:

Ambulatorial	3
Internação	1
Emergência	1
Unidade de Tratamento Intensivo/CTI	-
Diálise	-

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médica-Sanitária

Angra dos Reis tem Gestão Plena do Sistema Municipal, Dispondo da Seguinte Estrutura:

Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	33
Clínica / ambulatório especializado	13
Consultório isolado	119
Hospital especializado	2
Hospital geral	2
Policlínica	4
Posto de saúde	3
Unidade de apoio a diagnose e terapia	11
Outras unidades	6

Os Estabelecimentos que Prestam Serviços ao SUS, por Tipo de Atendimento têm o Seguinte Quantitativo:

Ambulatorial	38
Internação	2
Emergência	7
Unidade de Tratamento Intensivo/CTI	1
Diálise	1

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médica-Sanitária

Mangaratiba tem Gestão Plena Estadual, Dispondo da Seguinte Estrutura:

Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	4
Clínica / ambulatório especializado	-
Consultório isolado	2
Hospital especializado	-
Hospital geral	1
Policlínica	-
Posto de saúde	3
Unidade de apoio a diagnose e terapia	-
Outras unidades	3

Os Estabelecimentos que Prestam Serviços ao SUS, por Tipo de Atendimento têm o Seguinte Quantitativo:

Ambulatorial	9
Internação	1
Emergência	4
Unidade de Tratamento Intensivo/CTI	-
Diálise	-

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médica-Sanitária

Itaguaí tem Gestão Plena do Sistema Municipal, Dispondo da Seguinte Estrutura:

Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	38
Clínica / ambulatório especializado	2
Consultório isolado	3
Hospital especializado	1
Hospital geral	1
Policlínica	4
Posto de saúde	2
Unidade de apoio a diagnose e terapia	1
Outras unidades	1

Os Estabelecimentos que Prestam Serviços ao SUS, por tipo de Atendimento têm o Seguinte Quantitativo:

Ambulatorial	20
Internação	2
Emergência	2
Unidade de Tratamento Intensivo/CTI	-

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médica-Sanitária.

Seropédica tem Gestão Plena da Atenção Básica, Dispondo da Seguinte Estrutura:

Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	15
Clínica / ambulatório especializado	1
Consultório isolado	4
Hospital especializado	-
Hospital geral	-
Policlínica	1
Posto de saúde	-
Unidade de apoio a diagnose e terapia	1
Outras unidades	3

Os Estabelecimentos que Prestam Serviços ao SUS, por Tipo de Atendimento têm o Seguinte Quantitativo:

Ambulatorial	22
Internação	1
Emergência	2
Unidade de Tratamento Intensivo/CTI	1
Diálise	-

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médica-Sanitária

Observando-se os registros referentes as principais doenças nos municípios que compõem o Território percebe-se um incidência das doenças que se relacionam com as condições ambientais (dengue e leptospirose) em função das más condições de saneamento básico no município de Angra dos Reis. A tuberculose apresenta ocorrência em todos os municípios com incidência significativa em Angra dos Reis, Itaguaí e Seropédica. (Tabela 13)

Tabela 13 Casos Registrados das Principais Doenças no Território de 2003 a 2004

Doenças					
Municípios	Hanseníase	Dengue	Tuberculose	Leptospirose	Meningites em Geral
Angra dos Reis	13	73	118	12	19
Itaguaí	39	2	73	1	12
Mangaratiba	6	-	14	3	3
Paraty	18	1	11	1	5
Seropédica	25	3	53	-	8

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde, Superintendência de Saúde Coletiva - SUSC

Situação Econômica

Ficando praticamente à margem do crescimento econômico que ocorreu na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, a porção que hoje corresponde ao território da Baía de Ilha Grande manteve-se praticamente preservada bem como as suas comunidades tradicionais, compreendida por pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, pequenos produtores rurais e índios. O crescimento econômica da região é forte e coloca, em risco as atividades e o modo de vida das comunidades tradicionais.

A partir da construção da Rodovia Rio-Santos, na década de 70, verifica-se que a expansão de ocupação se acelera impulsionada por dois fatores - o turismo e da indústria pesada ou de transformação.

O município de Itaguaí foi uma exceção a este processo no sentido que a sua ocupação também sofreu pela maior proximidade à metrópole do Rio de Janeiro. Hoje, tem seu crescimento econômico associado à expansão do Porto de Sepetiba, situado em seu território, e à inúmeros projetos a ele associado.

De fato, o território da Baía de Ilha Grande, do ponto de vista econômico vem passando por um novo crescimento, graças aos interesses voltados para a área e a presença de inúmeros empreendimentos que estão previstos, conforme pode ser verificado na Tabela 14.

Tabela 14: Principais Projetos no Território da Baía de Ilha Grande

PROJETOS	SETOR	MUNICÍPIO	OBJETIVO	R\$ bilhões 2011-2013
Usina Termonuclear Angra 3	energético	Angra dos reis	Implantação	8,0
Estaleiro da Marinha / Prosub	Indústria naval	Itaguaí	embarcações	3,8
Brasfels	Indústria naval	Angra dos Reis	embarcações	1,9
Porto do Sudeste	transporte / logística	Itaguaí	Implantação	1,2
Coquepar	Petroquímico	Seropédica	Implantação	1,2
Technip	Transporte/ logística	Angra dos Reis	Expansão/modernização	0,3

Fonte: FIRJAN, Decisão Rio 2011/2013.

Verifica-se que são os municípios de Angra dos Reis e Itaguaí os que receberão empreendimentos significativos nos setores de hotelaria, energia nuclear, siderurgia, transporte e logística naval associados ao Pré-Sal. Os empreendimentos mais importantes existentes nesta porção do território da Baía de Ilha Grande são: Terminal da Baía de Ilha Grande – TEBIG e oleodutos da Petrobrás, o Estaleiro de Brasfels e a Central Nuclear de Angra dos Reis (Usinas Termonucleares de Angra I e II. A Usina Nuclear III teve início de sua construção em 2010 prevendo-se que o seu funcionamento se dê num prazo de cinco anos.

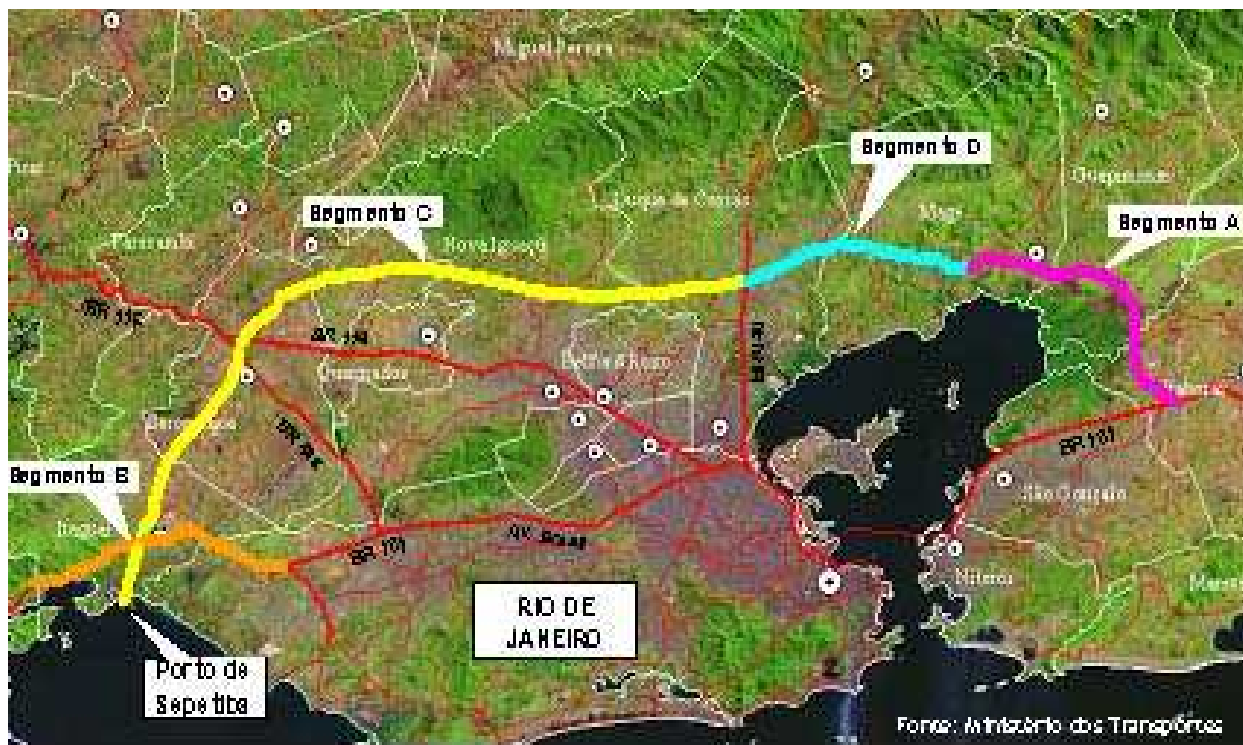
Destaca-se neste processo, o município de Itaguaí onde está sendo desenvolvido um projeto entre Petrobrás, CSN e Gerdau para construção de um porto compartilhado, e onde será implantada a base de apoio da Petrobrás à exploração do pré-sal.

Deve-se assinalar que estas atividades, por suas características, terão fortes impactos socioeconômicos e ambientais na área e, por isso deverão ser considerados em relação as comunidades tradicionais, verificando-se em que medida serão afetadas por tais empreendimentos. Neste aspecto merece atenção especial a presença de usinas nucleares por se constituírem em empreendimentos de alto risco, diferenciados dos demais impactos da área que exigem a elaboração de planos de evacuação emergenciais.

Ao concluirmos este diagnóstico (18 de dezembro de 2011), verificou-se na Baía de Ilha Grande vazamento de óleo combustível do navio plataforma Cidade de São Paulo, da empresa Modec - Serviços de Petróleo do Brasil. Foram lançados no mar da Baía, segundo a Secretaria Estadual do Ambiente 10.000 litros de óleo. Os prejuízos para a biodiversidade são apontados como sendo muito elevados (O GLOBO, 2003).

Outro aspecto integrante das soluções logísticas para viabilizar os empreendimentos a serem instalados no Território da Baía de Ilha Grande é a construção do Arco Metropolitano. Este projeto tem como objetivo principal a integração e redução dos custos para o Porto de Sepetiba e demais indústrias previstas para área.

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro



Fonte: Caracterização Socioeconômica Ambiental e de Transporte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Relatório Final. mar. 2007.

Ao lado dos investimentos citados deve-se considerar a importância do crescimento dos empreendimentos turísticos para a economia do Território da Baía de Ilha Grande. O turismo vem assumindo importante papel com a presença de hotéis de luxo (Resort) com capacidade de atrair fluxo de turistas do exterior e de várias áreas do território nacional, além das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, vivenciam o crescimento das atividades turísticas em seus territórios englobando empreendimentos de lazer e de turismo. Em decorrência da expansão desta atividade – verifica-se que as possibilidades de emprego ampliaram-se em atividades ligadas a serviços como os de camareira, garçom, atendente, vigia, trazem uma contribuição à área em termos de emprego e renda.

Deve-se ressaltar que nos últimos anos contraditoriamente ao avanço do turismo, que tem no patrimônio natural um dos seus eixos, a área vem sofrendo muito com a degradação ambiental relacionada, especialmente, com a poluição dos corpos d'água, desmatamento de áreas da mata e aterros em manguezais. Estes impactos se devem a aceleração no ritmo da implantação dos empreendimentos e a ocupação de forma desordenada. A área, conforme já mencionado, sofre com o fluxo elevado de turistas que pressiona os serviços e agrava os impactos nos Municípios com maior incidência da atividade turística.

A principal via de acesso que beneficia a área e apóia as atividades é a BR101 que corta a região no sentido norte e sul e atende a todos os municípios e que foi um dos acessos que contribuiu para a ocupação da região. Seropédica é o único município que não é cortado pela BR101, porém é também acessado pela BR 465, antiga Rio-São Paulo.

O Território conta ainda com a RJ 149 que sai de Mangaratiba e alcança Rio Claro encontrando com a RJ 155. Pela RJ 155 a população do Território da Baía de Ilha Grande, na altura de Angra dos Reis se desloca em direção à Lídice, no município de Rio Claro, alcançando as cidades de Pirai e Barra Mansa e os pólos do eixo Rio-São Paulo e a RJ 165. corta o município de Paraty no sentido leste-oeste, chegando à cidade de Cunha, pertencente ao Estado de São Paulo. Este acesso facilita o fluxo turístico possibilitando o acesso da população de São Paulo que visita a região, principalmente, de Paraty, mas também Angra dos Reis e Mangaratiba. Entretanto, as estradas vicinais que dão acesso às Comunidades apresentam em sua maioria condições precárias, especialmente no período chuvoso. Tal situação dificulta a circulação da população, o escoamento da produção, a assistência e o apoio a estas Comunidades tradicionais.

O Porto de Itaguaí tornou -se um dos mais importantes pólo econômico do Brasil sendo considerado um dos maiores e mais modernos portos da América Latina e o primeiro *Hub Port*, ou seja, Porto Concentrador de Cargas do Atlântico Sul. Está prevista a implantação de 3 novos terminais para contêineres, granéis sólidos e de minério. Sua importância econômica se faz presente de forma direta, gerando empregos, e de forma indireta, atraindo indústrias que necessitam receber e enviar cargas. Graças a isso, tem estimulado a economia local. No entanto, os riscos de acidentes incluindo o vazamento de óleo está presente, o que torna a área muito vulnerável. Por outro lado a poluição hídrica que prejudica a pesca, já é um problema existente na área.

Os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty destacaram-se na região pela maior expansão do emprego, geralmente atrelado ao emprego na indústria de transformação, especialmente da indústria naval, e a expansão das atividades do setor de serviços ligadas ao turismo, que apresentaram grande impulso nos últimos anos.

No território da Baía de Ilha Grande segundo o IBGE em 2006 existiam 1.833 agricultores familiares de acordo com a Lei número 11.326. Itaguaí é o Município que apresenta maior número de agricultores familiares, 751, seguido de Paraty com 384 e

Seropédica com 318. A área total abrangida pela agricultura familiar corresponde à 16.217 ha.(Tabela 50).

Não obstante, verifica-se entre os representantes das comunidades tradicionais uma polêmica quanto ao número de agricultores familiares, pois consideram que na realidade existe um número muito maior do que o apresentado pelas estatísticas oficiais. Tal controvérsia, em parte, se justifica pelo fato de que, respeitando-se os critérios de obtenção da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, torna-se difícil, a um pequeno agricultor da área, obter tal documento. A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. Para obtê-la o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, munido de CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). Segundo os agricultores, as exigências para obtenção da DAP é muito grande, prejudicando a categoria.

A produção agrícola do território tem na banana seu principal produto, cultivado em todos os municípios, sendo também produzido cana de açúcar, mandioca, batata doce e frutas (acerola, goiaba, manga, coco, maracujá, além de olerícolas. A história da cultura da banana no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões abrangidas pelas bacias das baías de Sepetiba e de Ilha Grande, mostra que a banana, apesar de ser a principal cultura na região sempre foi uma cultura com importância secundária, sendo assim relegada as áreas em declive. A região se caracteriza por pequenas propriedades, de 10 ha a 50 ha, embora favorecida por condições edafoclimáticas apropriadas. A sua topografia prejudica a logística interna, prejuízo aos tratamentos culturais, colheita, seleção e beneficiamento.

A logística externa também é um problema importante porque a distribuição é feita por intermediários e as estradas vicinais são mal conservadas. Como resultado, produz-se uma banana sem padrão e de baixa qualidade para um mercado muito exigente.

É, neste aspecto, que a banana fluminense, praticamente cultivada sem agrotóxicos e adubos químicos, pode se beneficiar por ser uma agricultura saudável. Seu “ponto fraco” pode significar, na verdade, uma “oportunidade”, de expansão desta atividade no Território.

O Rio de Janeiro é o Estado que, apesar de contar com apenas 0,5% da superfície territorial brasileira, possui a maior linha costeira do país (640 km). A faixa costeira fluminense conta com um contingente de 33 municípios, que representa 19mil km ou 42% da

superfície estadual. O Estado é subdividido em 04 grandes setores costeiros: Litoral Sul Fluminense, Litoral da Baía da Guanabara, Litoral da Região dos Lagos e Litoral Norte Fluminense, sendo o Litoral Sul uma das mais importantes áreas da pesca no Estado.

2.2. Aspectos do Território do Ponto de Vista dos Municípios

ANGRA DOS REIS

O Município de Angra dos Reis está situado no litoral fluminense, tendo sido uma das primeiras povoações em terras brasileiras. A penetração de seu território data de poucos anos após a descoberta do Brasil. Segundo alguns autores, Angra dos Reis foi descoberto, em 1502, a 6 de janeiro, por André Gonçalves; segundo outros, em 1532, no mesmo dia e mês, por Martim Afonso de Souza, donatário das Capitanias de São Tomé e São Vicente. O certo é que, no dia consignado à devoção dos Reis Magos, foi descoberta uma pequena baía, a que se deu o nome de Angra dos Reis, em alusão à data.

Angra dos Reis, por seu comércio e produção industrial, foi uma das mais importantes cidades da Província do Rio de Janeiro. Um período de decadência teve início com a inauguração do ramal férreo de São Paulo, culminando em 1888, com a lei de abolição da escravatura. O desvio das mercadorias que anteriormente eram destinadas a seu porto e a falta de braços para a lavoura fizeram estagnar o movimento comercial, atingindo seu poder produtivo.

Essa situação perdurou até 1926, quando se iniciou a reconstrução do porto, concluída em 1930. A esses melhoramentos seguiram-se a inauguração, em 1928, de um ramal férreo da Rede Mineira de Viação, ligando Angra dos Reis aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás; a instalação dos serviços telefônicos; do Colégio Naval, em 1952, e dos estaleiros Verolme, em 1960. Tais iniciativas muito contribuíram para o desenvolvimento do Município que se transformou em centro industrial de maior realce no cenário econômico fluminense. (IBGE, 2010).

O município tem uma área total de 825 quilômetros quadrados, correspondentes a 30,98% do Território da Baía de Ilha Grande.

Angra dos Reis tem um contingente de 112.618 eleitores, correspondentes a 54% da população total e 0,97% dos eleitores do Estado. Os principais empreendimentos existentes nesta porção fluminense são as instalações da Petrobrás (Terminal da Baía de Ilha Grande -

TEBIG e oleodutos), o Estaleiro da Brasfels, a ferrovia e a Central Nuclear de Angra dos Reis, constituída pelas Usinas Termonucleares de Angra I e II, respectivamente com 626 MW e 1.245 MW de potência. Todos são potencialmente poluidores constituindo em atividades com alto grau de produzir impactos significativos.

De acordo com o censo de 2010, Angra dos Reis tinha uma população de 169.270 habitantes, correspondentes a 39,32% do contingente da população do território, sendo 84.490 homens e 84.780 mulheres. A densidade demográfica é de 205,1 habitantes por km².

Tabela 15: Síntese de Informações do Município de Angra dos Reis

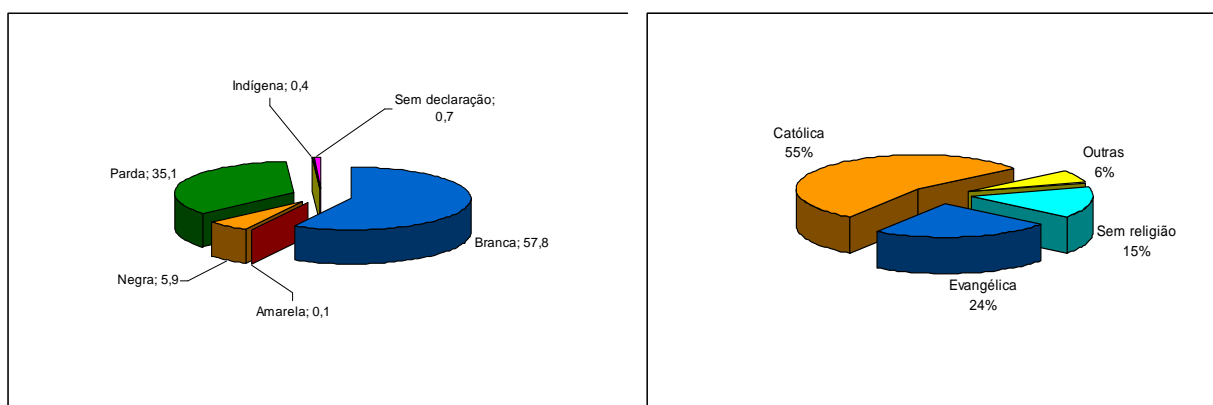
Descrição	Valor	Unidade
População	169.270	Pessoas
Área da unidade Territorial	825	Km ²
Eleitorado	112.618	Eleitores
PIB per capita	31134.61	Reais
Matrículas – Ensino Fundamental 2009	28.938	Matrículas
Matrículas – Ensino Médio 2009	7.401	Matrículas
Docentes – Ensino Fundamental 2009	1.338	Docentes
Docentes – Ensino Médio 2009	559	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	58	Estabelecimentos
Pessoal Ocupado	32.062	Pessoas
Total de Homens	84.490	Pessoas
Total de Mulheres	84.780	Pessoas
População Urbana	163.080	Pessoas
População Rural	6.190	Pessoas

Fonte: IIBGE . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

A faixa etária predominante no município de Angra dos Reis encontra-se entre os 10 e 39 anos, e os idosos representam 6% da população do município, contra 20% de crianças entre 0 e 9 anos, sendo uma das maiores taxas do estado.

Percebe-se que há uma predominância de pessoas que se declaram brancas, representando 57,8% da população, contra 41% de afrodescendentes e que o número de católicos, 55%, é superior a soma dos praticantes de outras religiões. (Figura 3).

Figura 3 - Distribuição de cor ou raça e religião da população do município



SANEAMENTO BÁSICO.

Dados apurados no ano 2000³ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, Angra dos Reis tem 86,9% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 9,3% com acesso à água através de poço ou nascente e 3,8% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 16 880 metros cúbicos por dia, dos quais 93% passam por processo de simples desinfecção (cloração) e o restante por tratamento convencional.

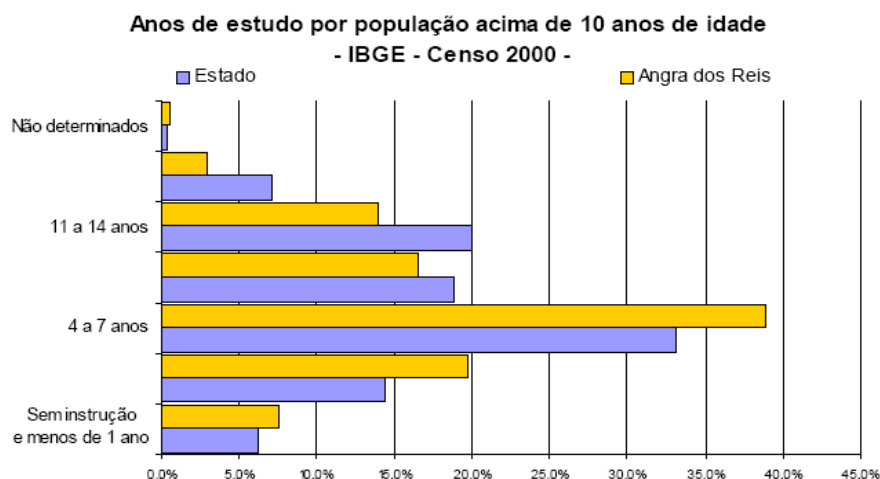
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 48,6% dos domicílios do município; outros 30,2% têm fossa séptica, 10,1% utilizam fossa rudimentar, 8,5% estão ligados a uma vala, e 2,1% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado passa por algum tipo de tratamento e é lançado na baía.
- Angra dos Reis tem 96,4% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 0,3% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 3,1% o queimam.

Dados da Fundação CIDE 2005 apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Angra dos Reis é o seguinte: são coletadas 97,8 toneladas/dia, cujo destino é aterro controlado de propriedade da Prefeitura, localizado no bairro em Ariró.

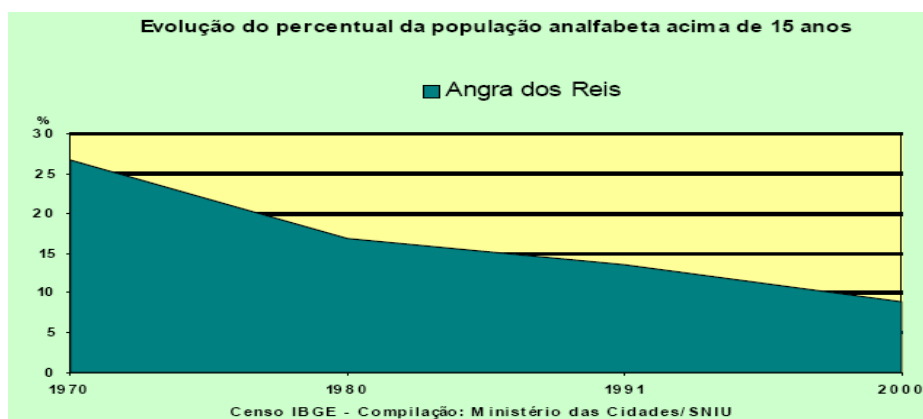
³ Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

EDUCAÇÃO

Os indicadores de educação disponíveis do município⁴ de Angra dos Reis apresentam o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Angra dos Reis, apresentou a seguinte evolução:



O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Angra dos Reis, em 2005, foi de 41.324 alunos, tendo evoluído para 40.371 em 2006, apresentando redução (-2,3%) no número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil, que engloba creche e pré-escola.

⁴ Números de matrículas, professores e escolas de 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.

A tabela 16 a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 63% das matrículas na creche em 2006.

Tabela 16 - Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	6	17	218	12,8	11,4
02	7	19	445	23,4	11,0
03	9	25	541	21,6	11,4
04	10	28	737	26,3	18,7
05	11	27	736	27,3	16,4
06	11	22	752	34,2	15,8

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico, 2007.

Na pré-escola, a rede municipal é responsável por 45% das matrículas em 2006 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 17: Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	46	146	2.062	14,1	16,5
02	47	133	2.139	16,1	16,8
03	50	145	2.543	17,5	17,0
04	49	167	3.059	18,3	17,0
05	57	172	3.036	17,7	16,8
06	49	161	2.787	17,3	16,7

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico, 2007.

Houve aumento no número de unidades escolares. O corpo docente cresceu proporcionalmente menos que o número de matrículas, cuja variação foi de 35% no período, propiciando aumento nos índices do rateio aluno/professor no município.

MERCADO DE TRABALHO

Angra dos Reis teve um crescimento populacional da ordem de 17,0% entre 1º de julho de 2001 e a mesma data de 2006, quando atingiu 144.137 habitantes. Em 2010 sua população atingiu 169.270 habitantes tendo um aumento efetivo de 25.133 habitantes,

correspondendo a um percentual de crescimento da ordem de 3, 57% entre 2000 e 2010. Observa-se que este contingente populacional encontra-se concentrado na área urbana que representa 96,34 % da população total do município. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

Tabela 18: Movimentação de Empregos Formais

Período: Jan. de 2006 a Jan. de 2008 - Angra dos Reis			
Movimentação	Município		UF
	qtde	%	qtde
Admissões			
1º Emprego	4.279	1,22	349.466
Reemprego	19.640	1,01	1.953.260
Reintegração	7	0,55	1.281
Contr. Trabalho Prazo Determ.	184	1,27	14.464
Transferência	0	-	0
Total	24.110	1,04	2.318.471
Desligamentos			
Dispensados sem Justa Causa	15.540	1,08	1.434.986
Dispensados com Justa Causa	184	0,58	31.944
A Pedido	4.099	1,01	404.799
Término de Contrato	1.440	0,89	161.486
Aposentadoria	31	0,63	4.949
Morte	87	1,05	8.265
Término Contrato Prazo Determ.	149	1,32	11.281
Transferência	0	-	0
Total	21.530	1,05	2.057.710

Fonte: CAGED - 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No município de Angra dos Reis destacam-se o cultivo da banana, do aipim, do quiabo, da mandioca, o milho verde e do coco verde, que representam 88% da produção agrícola municipal.

Tabela 19: Lavoura Temporária – Angra dos Reis

Arroz (em casca) - quantidade produzida	3	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	200	tonelada
Área plantada: 10 hectare		
Feijão (em grão) - quantidade produzida	3	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Mandioca - quantidade produzida	455	tonelada
Área plantada: 35 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 20: Lavoura Permanente

Banana - quantidade produzida	3.944	tonelada
Área plantada: 1.360 hectare		
Laranja - quantidade produzida	32	tonelada
Área plantada: 04 hectare		
Palmito - quantidade produzida	78	tonelada
Área plantada: 52 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 21: Pecuária

Bovinos - efetivo dos rebanhos	4.200	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	490	cabeça
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	150	cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	4	cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	159	cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	860	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	3.600	cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	100	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	278	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	424	mil litros
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	9	mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	2.000	kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ITAGUAÍ

O início do desbravamento do atual território do Município de Itaguaí data de meados do século XVII. Segundo Monsenhor Pizarro, a colonização remonta à época em que os índios da Ilha do Jaguaramenom, atraídos pelo Governador Martim de Sá, se transferiram para outra ilha, situada mais para o sul e conhecida por Piaçavera - hoje Itacuruçá. Foi desse local que, mais tarde partiram os aborígenes para o continente fixando-se nas terras compreendidas entre os rios Tiguaçu e Itaguaí, às quais denominaram Y-tinga.

O Alvará, com força de lei, de 5 de julho de 1818, erigiu a Vila aldeia de Itaguaí, com a denominação de Vila de São Francisco Xavier do Itaguaí, cujo território e limites compreendiam a Freguesia de Itaguaí do alto da serra para a vargem, a Freguesia de Marapicu, do rio Guandu subindo a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lajes e a Freguesia de Mangaratiba, ficando desde logo desmembrado do Termo da cidade do Rio de Janeiro e da Vila de Angra dos Reis, a que pertencia.

Com o correr dos anos, a localidade prosperou por ser o ponto de passagem preferido pelos viajantes, que se dirigiam às terras de Minas e São Paulo. O próprio D. Pedro I hospedou-se na localidade quando se dirigiu a São Paulo, onde proclamaria a Independência do Brasil.

Dotado de terras férteis, o Município de Itaguaí desfrutou, no século passado, até 1880, de importante atividade rural e comercial, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. A mão-de-obra escrava contribuiu acentuadamente para esse desenvolvimento.

O advento da Lei Áurea ocasionou crise econômica, refletida no considerável êxodo dos antigos escravos. Esse fato, aliado à falta de transportes e à insalubridade da região, concorreu para o desaparecimento das grandes plantações que constituíam a riqueza principal da localidade.

A passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo por seu território, a implantação de indústria, as obras de saneamento, contribuiram para o desenvolvimento econômico do Município. (IBGE, 2010).

O município tem uma área total de 276 quilômetros quadrados, correspondentes a 10,36% da área do Território da Baía de Ilha Grande.

Itaguaí tem um contingente de 79.150 eleitores, correspondentes a 73% do total da população e 0,68% do total de eleitores do Estado.

De acordo com o censo de 2010, Itaguaí tinha uma população de 109.163 habitantes, correspondentes a 25,36% do Território da Baía de Ilha Grande, sendo 54.426 homens e 54.737 mulheres. A densidade demográfica do município é de 395,5 habitantes por km².

Tabela 22: Síntese do Município de Itaguaí

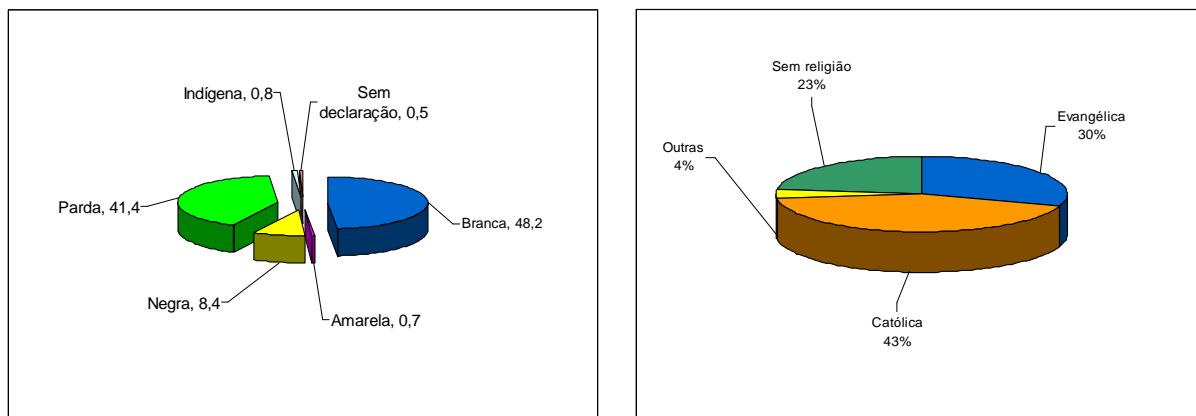
Descrição	Valor	Unidade
População	109.163	Pessoas
Área da unidade Territorial	276	Km ²
Eleitorado	79.150	Eleitores
PIB per capita	28661.65	Reais
Matrículas – Ensino Fundamental 2009	20.307	Matrículas
Matrículas – Ensino Médio 2009	5.565	Matrículas
Docentes – Ensino Fundamental 2009	1.224	Docentes
Docentes – Ensino Médio 2009	389	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	27	Estabelecimentos
Pessoal Ocupado	26.345	Pessoas
Total de Homens	54.426	Pessoas
Total de Mulheres	54.737	Pessoas
População Urbana	104.292	Pessoas
População Rural	4.871	Pessoas

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

A faixa etária predominante no município de Itaguaí encontra-se entre os 10 e 39 anos, e os idosos representam 7% da população do município, contra 19% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:

Figura 4 - Distribuição da População por Cor ou Raça e Religião



SANEAMENTO BÁSICO

Dados apurados no ano 2000⁵ apresentam o seguinte panorama do município:

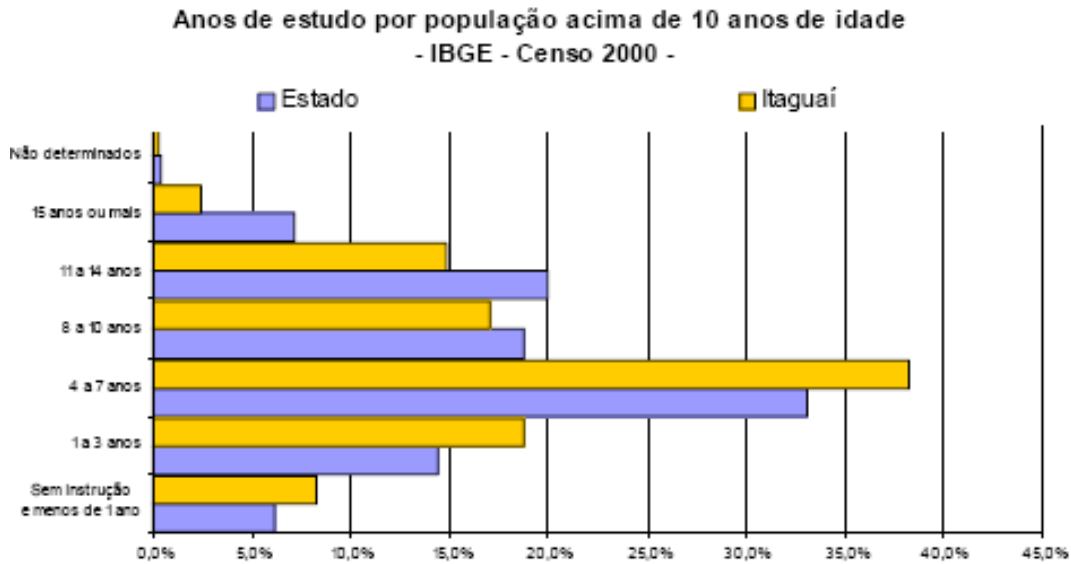
- No tocante ao abastecimento de água, Itaguaí tem 75,4% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 22,1% com acesso à água através de poço ou nascente e 2,5% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 28 149 metros cúbicos por dia, dos quais 74% passam por simples desinfecção (cloração) e o restante por tratamento convencional.
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 41,3% dos domicílios do município; outros 29,7% têm fossa séptica, 7,5% utilizam fossa rudimentar, 17,5% estão ligados a uma vala, e 3,1% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado passa por algum tipo de tratamento e é lançado no rio.
- Itaguaí tem 88,6% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,2% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 9,3% o queimam.

Dados preliminares de 2005 da Fundação CIDE apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Itaguaí é o seguinte: são coletadas 66,5 toneladas/dia, cujo destino é vazadouro a céu aberto de propriedade da Prefeitura, localizado no Distrito de Mazombinha.

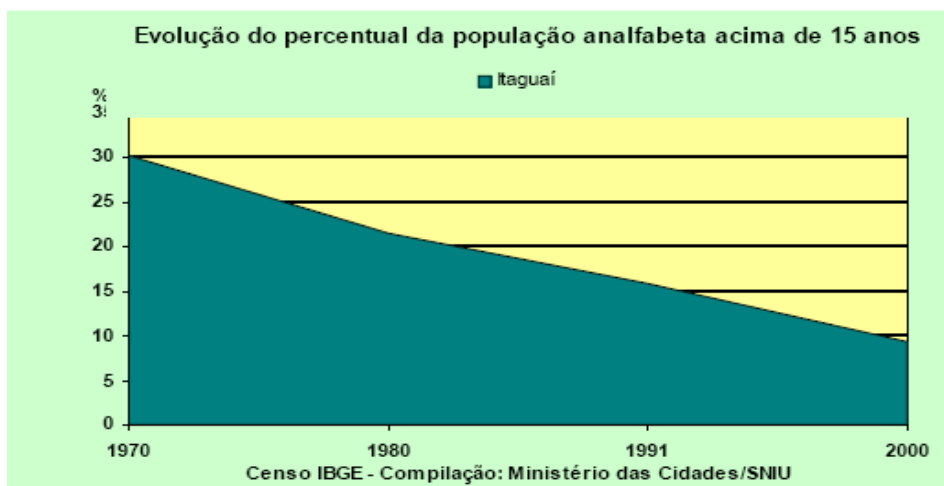
⁵ Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

EDUCAÇÃO

Os indicadores disponíveis do município⁶ de Itaguaí apresentam o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Itaguaí, apresentou a seguinte evolução:



⁶ Números de matrículas, professores e escolas de 2001 - SEE/CIDE Dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.

Dados mais recentes mostram que o número total de matrículas nos ensinos fundamental e médio em Itaguaí em 2005 aumentou para 32.169 alunos e já em 2006 evoluiu para 32.775 o número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil, que engloba creche e pré-escola.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 65% das matrículas na creche em 2006.

Tabela 23 - Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	14	40	322	8,1	11,4
02	12	40	314	7,9	11,0
03	13	43	392	9,1	11,4
04	13	40	384	9,6	18,7
05	13	40	313	7,8	16,4
06	10	30	514	17,1	15,8

Fonte: TCE-RJ. Estudo Socioeconômico, 2007.

Na pré-escola, a rede municipal é responsável por 71% das matrículas em 2006 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 24: Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	51	141	2.312	16,4	16,5
02	54	160	2.741	17,1	16,8
03	54	153	2.666	17,4	17,0
04	54	168	2.830	16,8	17,0
05	54	233	3.094	13,3	16,8
06	57	229	3.748	16,4	16,7

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico, 2007

A formação específica do corpo docente da rede pública é 100% dos professores com graduação. No ensino de jovens e adultos, Itaguaí tem um total de 5.338 alunos matriculados em 2006, sendo 508 para cursos presenciais e 4.830 para cursos semi-presenciais.

MERCADO DE TRABALHO

Itaguaí teve um crescimento populacional da ordem de 13,3% entre 1º de julho de 2001 e a mesma data de 2006, quando atingiu 95.757 habitantes. Em 2010 sua população atingiu 109.163 habitantes, tendo um aumento efetivo de 13.406 habitantes. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

Tabela 25: Movimentação de Empregos Formais

Período: Jan. de 2006 a Jan. de 2008 - Itaguaí			
Movimentação	Município		UF
	qtde	%	qtde
Admissões			
1º Emprego	2.162	0,62	349.466
Reemprego	13.476	0,69	1.953.260
Reintegração	11	0,86	1.281
Contr. Trabalho Prazo Determ.	24	0,17	14.464
Transferência	0	-	0
Total	15.673	0,68	2.318.471
Desligamentos			
Dispensados sem Justa Causa	9.193	0,64	1.434.986
Dispensados com Justa Causa	130	0,41	31.944
A Pedido	2.357	0,58	404.799
Término de Contrato	745	0,46	161.486
Aposentadoria	15	0,3	4.949
Morte	42	0,51	8.265
Término Contrato Prazo Determ.	29	0,26	11.281
Transferência	0	-	0
Total	12.511	0,61	2.057.710
Varição Absoluta	3.162		260.761
Varição Relativa	25,74 %		10,14 %
Número de empregos formais	12.535	0,44	2.818.540
1º Janeiro de 2008			
Total de Estabelecimentos	2.543	0,55	463.843
Janeiro de 2008			

Fonte: CAGED, 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No Município existe uma forte tradição da fruticultura, especialmente no cultivo da banana. Ocupa o terceiro lugar na produção estadual, do coco verde e da goiaba. Destacam-se também as culturas do quiabo e do aipim.

Tabela 26: Lavoura Temporária - Itaguaí

Batata-doce - quantidade produzida Área plantada: 03 hectare	60	tonelada
Cana-de-açúcar - quantidade produzida Área plantada: 70 hectare	2.100	tonelada
Mandioca - quantidade produzida Área plantada: 140 hectare	2.100	tonelada

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 27: Lavoura Permanente

Banana - quantidade produzida Área plantada: 3.000 hectare	24.000	tonelada
Caqui - quantidade produzida Área plantada: 02 hectare	28	tonelada
Côco-da-baía - quantidade produzida Área plantada: 420 hectare	8.400	mil frutos
Goiaba - quantidade produzida Área plantada: 47 hectare	940	tonelada
Laranja - quantidade produzida Área plantada: 03 hectare	60	tonelada
Limão - quantidade produzida Área plantada: 02 hectare	30	tonelada
Manga - quantidade produzida Área plantada: 15 hectare	360	tonelada
Maracujá - quantidade produzida Área plantada: 25 hectare	350	tonelada

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 28: Pecuária

Bovinos - efetivo dos rebanhos	13.205	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	1.643	cabeça
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	550	cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	10	cabeça
Muares - efetivo dos rebanhos	215	cabeça
Bubalinos - efetivo dos rebanhos	50	cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	190	cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	2.720	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	5.930	cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	240	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	1.721	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	2.181	mil litros
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	28	mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	5.650	kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MANGARATIBA

A partir de 1534, a região passou a integrar a Capitania de Santo Amaro, cujo donatário, Pero Lopes de Sousa, a confiou aos cuidados de Antônio Afonso. Em virtude do desinteresse de ambos, a colonização das terras foi realizada mais em função da vizinha e próspera Capitania de São Vicente. A conhecida agressividade dos Tamoios impediu, entretanto, que os colonizadores se localizassem nos lugares mais férteis, preferindo os que ofereciam maiores possibilidades de defesa.

Em 1615, ali chegaram, procedentes de Porto Seguro, índios Tupiniquins catequizados, que ajudaram os jesuítas na construção de uma aldeia. Fixaram-se no morro Cabeça Seca. Cinco anos depois, chegou um novo e numeroso grupo de Tupiniquins que se estabeleceu na ilha de Marambaia, posteriormente em Ingaíba, onde, sob a direção dos mesmos religiosos, foi edificada uma capela sob a invocação de São Brás. Essa povoação subsistiu no local até 1688, época em que grandes temporais e ressacas determinaram a mudança de seus habitantes para as terras onde hoje é a Cidade de Mangaratiba. Aí foi construída, em 1700, nova capela, dedicada ao culto de Nossa Senhora da Guia.

No período que antecedeu a Abolição, a mão-de-obra escrava desempenhou papel preponderante na formação econômica e social de Mangaratiba. (IBGE, 2010)

Juntamente com Angra dos Reis e Paraty, hoje Mangaratiba tem na indústria do turismo e veraneio sua maior expressão, graças à BR-101 – a Rio-Santos, que atravessa todo seu território, de leste a oeste. A rodovia RJ-149 segue rumo norte, em leito natural, para o distrito de Serra do Piloto e para o município de Rio Claro.

O município tem uma área total de 353 quilômetros quadrados, correspondentes a 13,26% da área do Território da Baía de Ilha Grande.

Mangaratiba tem um contingente de 25.787 eleitores, correspondentes a 71% do total da população e 0,22% do total de eleitores do Estado.

De acordo com o censo de 2010, Mangaratiba tinha uma população de 36.311 habitantes, correspondentes a 8,43% do contingente do Território da Baía de Ilha Grande, sendo 17.876 homens e 18.435 mulheres. A densidade demográfica era de 102,8 habitantes por km².

Tabela 29: Síntese do Município de Mangaratiba

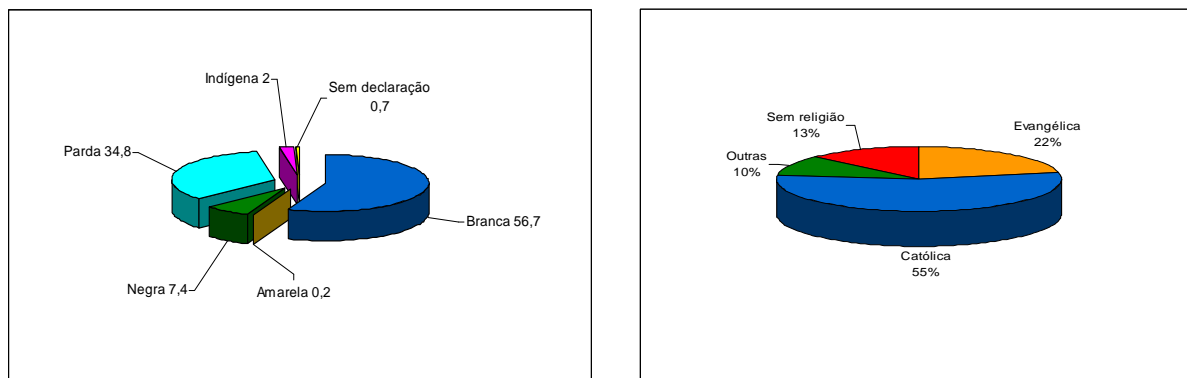
Descrição	Valor	Unidade
População	36.311	Pessoas
Área da unidade Territorial	353	Km ²
Eleitorado	25.787	Eleitores
PIB per capita	14237.34	Reais
Matrículas – Ensino Fundamental 2009	6.881	Matrículas
Matrículas – Ensino Médio 2009	1.302	Matrículas
Docentes – Ensino Fundamental 2009	510	Docentes
Docentes – Ensino Médio 2009	117	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	16	Estabelecimentos
Pessoal Ocupado	19.771	Pessoas
Total de Homens	18.992	Pessoas
Total de Mulheres	18.583	Pessoas
População Urbana	27.717	Pessoas
População Rural	9.858	Pessoas

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE, 2010

A faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e os idosos representam 10% da população do município, contra 18% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:

Figura 5 - Distribuição da população por cor ou raça e religião



SANEAMENTO BÁSICO

Dados apurados no ano 2000⁷ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, Mangaratiba tem 64,5% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 22,8% com acesso à água através de poço ou nascente e 12,7% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 12 392 metros cúbicos por dia, dos quais a totalidade passa por simples desinfecção (cloração).
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 14,9% dos domicílios do município; outros 62,7% têm fossa séptica, 14,0% utilizam fossa rudimentar, 3,9% estão ligados a uma vala, e 2,4% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não teve seu tratamento ou destino reportados.
- Mangaratiba tem 88,6% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 0,9% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 9,4% o queimam.

Dados preliminares de 2005 da Fundação CIDE apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Mangaratiba é o seguinte: são coletadas 14,6 toneladas/dia, cujo destino é aterro controlado de propriedade da Prefeitura, localizado na Estrada São João de Marcos s/n°.

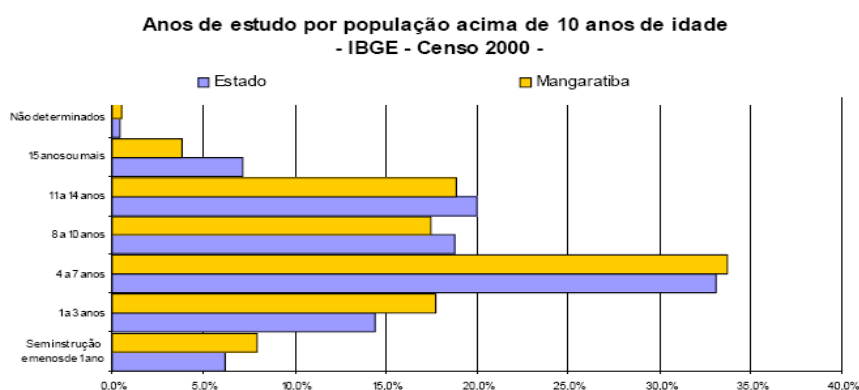
Faz-se urgente que a gestão dos recursos naturais se efetue de forma mais competente e eficaz do que vem sendo feita até hoje. A realização de investimentos e ações de

⁷ Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

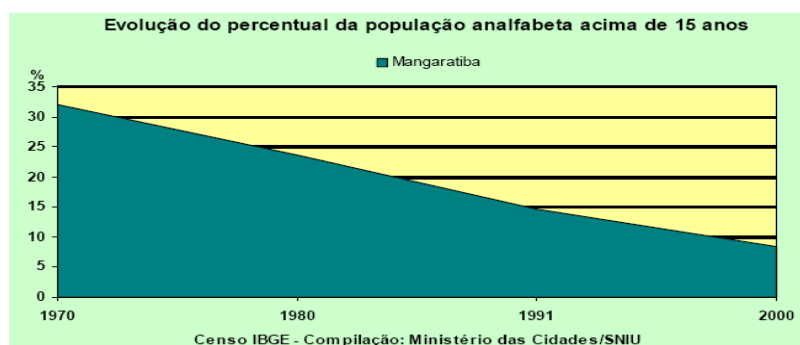
desenvolvimento tecnológico resultará na implantação de projetos mais eficientes e menos impactantes na qualidade dos corpos hídricos e do solo, e na reutilização dos subprodutos dos tratamentos de água, esgoto e resíduos sólidos.

EDUCAÇÃO

Os indicadores disponíveis do município⁸ de Mangaratiba apresentam o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Mangaratiba, apresentou a seguinte evolução:



O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Mangaratiba, em 2005, foi de 9.691 alunos, tendo evoluído para 9.941 em 2006, apresentando aumento (2,6%) no número de estudantes.

⁸ Números de matrículas, professores e escolas de 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil, que engloba creche e pré-escola.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 89% das matrículas na creche em 2006.

Tabela 30: Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	5	10	124	12,4	11,4
02	5	19	181	9,5	11,0
03	5	15	94	6,3	11,4
04	4	12	116	9,7	18,7
05	6	29	175	6,0	16,4
06	9	32	182	5,7	15,8

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico, 2007

O número de unidades escolares teve alteração significativa. O quantitativo de professores aumentou no período proporcionalmente mais que o número de matrículas, cuja evolução foi de 47% no período de 2001 a 2006. Observa-se redução nos índices do rateio alunos/professor no município.

Na pré-escola, a rede municipal é responsável por 96% das matrículas em 2006 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 31: Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	27	114	1.220	10,7	16,5
02	22	103	1.173	11,4	16,8
03	26	124	1.314	10,6	17,0
04	31	186	1.613	8,7	17,0
05	29	192	1.608	8,4	16,8
06	30	167	1.489	8,9	16,7

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico, 2007.

MERCADO DE TRABALHO

O município teve um crescimento populacional da ordem de 16,8% entre 1º de julho de 2001 e a mesma data de 2006, quando atingiu 30.057 habitantes, o que representava 14,8% do contingente populacional da área correspondente ao Território da Baía de Ilha Grande. Em 2010 sua população atingiu 36.311 habitantes, tendo um aumento efetivo de 6.254 habitantes. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

Tabela 32: Movimentação de Empregos Formais

Período: Jan. de 2006 a Jan. de 2008 - Mangaratiba				
Movimentação	Município		UF	
	qtde	%	qtde	
Admissões				
1º Emprego	1.302	0,37	349.466	
Reemprego	14.520	0,74	1.953.260	
Reintegração	0	0	1.281	
Contr. Trabalho Prazo Determ.	41	0,28	14.464	
Transferência	0	-	0	
Total	15.863	0,68	2.318.471	
Desligamentos				
Dispensados sem Justa Causa	5.708	0,4	1.434.986	
Dispensados com Justa Causa	183	0,57	31.944	
A Pedido	1.190	0,29	404.799	
Término de Contrato	259	0,16	161.486	
Aposentadoria	30	0,61	4.949	
Morte	53	0,64	8.265	
Término Contrato Prazo Determ.	32	0,28	11.281	
Transferência	0	-	0	
Total	7.455	0,36	2.057.710	
Varição Absoluta	8.408		260.761	
Varição Relativa	65 %		10,14 %	
Número de empregos formais	18.833	0,67	2.818.540	
Janeiro de 2008				
Total de Estabelecimentos	Janeiro de 2008	889	0,19	463.843

Fonte: CAGED – 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O produto agrícola de maior participação é a banana, sendo o segundo produtor estadual, representando 94% da produção agrícola do município.

Tabela 33: Lavoura Temporária - Mangaratiba

Cana-de-açúcar - quantidade produzida	700	tonelada
Área plantada: 35 hectare		
Feijão (em grão) - quantidade produzida	6	tonelada
Área plantada: 04 hectare		
Mandioca - quantidade produzida	720	tonelada
Área plantada: 60 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 34 Lavoura Permanente

Banana - quantidade produzida	27.000	tonelada
Área plantada: 5.000 hectare		
Caqui - quantidade produzida	252	tonelada
Área plantada: 21 hectare		
Côco-da-baía - quantidade produzida	325	mil frutos
Área plantada: 25 hectare		
Laranja - quantidade produzida	22	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Limão - quantidade produzida	182	tonelada
Área plantada: 13 hectare		
Maracujá - quantidade produzida	21	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Palmito - quantidade produzida	36	tonelada
Área plantada: 18 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005 Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 35: Pecuária

Bovinos - efetivo dos rebanhos	5.200	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	500	cabeça
Equínos - efetivo dos rebanhos	200	cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	4	cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	191	cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	100	cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	2.200	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	4.100	cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	150	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	274	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	461	mil litros
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	31	mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	2.800	kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

PARATY

O território do atual Município de Paraty era ocupado, à época do descobrimento, pelo indígenas Guaianás, que se estendiam para o Norte até Angra dos Reis e para o Sul até o Rio Cananéia do Sul.

Desde princípios do século XVI, portugueses vindos da Capitania de São Vicente instalaram-se na região. Com a descoberta do ouro nas "gerais", Paraty tornou-se ponto obrigatório para os que vinham do Rio de Janeiro em demanda das minas, uma vez que esse era o único local em que a Serra do Mar podia ser transposta, através de uma antiga trilha dos Guaianás, pela Serra do Facão e o local em que hoje fica a Cidade de Cunha, em São Paulo, e atingindo o Vale do Paraíba, em Taubaté - depois em Pindamonhangaba e Guaratinguetá - e daí os sertões das "gerais".

O primeiro núcleo organizado de povoamento surgiu num morro "distante 25 braças para o Norte do Rio Perequê-Açu", onde, em princípios do século XVII, foi São Roque. Posteriormente, seus moradores transferiram-se para local mais favorável e construíram, por volta de 1646, um templo sob o oratório de Nossa Senhora dos Remédios, em terreno doado por Maria Jácome de Melo.

Graças à sua situação de caminho único para o Vale do Paraíba e as Minas para quem vinha do Norte, a povoação prosperou rapidamente. Os paulistas do Vale desciam a Serra com os produtos de sua lavoura para negociá-los e ali adquirir os artigos de que necessitavam. Seu porto era muito freqüentado, fazendo-se grande comércio de café, arroz, milho, feijão, aguardente e farinha. Por ali escoava-se grande parte do ouro das Minas.

Em 1660, foi requerida diretamente ao Capitão-Mor da Capitania de São Vicente a sua elevação à categoria de Vila e, sem esperar resposta, erigiu às suas custas o pelourinho, símbolo de autonomia e autoridade. Durante sete anos a Câmara de Angra dos Reis lutou contra esse ato de rebeldia, mas uma Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667 reconheceu a autonomia já de fato conquistada pelos "levantados" de Paraty.

Criada em 1720 a capitania de São Paulo, desmembrada do Rio de Janeiro, a ela foi adjudicada a Vila de Paraty. No entanto, como a administração da justiça continuasse a cargo do Ouvidor-Geral da capitania do Rio de Janeiro, que dela não abria mão, a Câmara da Vila, diante dos inconvenientes que surgiam dessa dualidade de jurisdição, solicitou sua anexação à última, o que foi concedida por Ordem Régia de 8 de janeiro de 1827.

Um Paratyense, o Capitão Francisco do Amaral Gurgel, que partira às suas custas com um reforço de 500 homens e 80 escravos em defesa da Cidade do Rio de Janeiro, atacada pela esquadra francesa de Dugiay-Trouin, que a ocupara em 12 de setembro de 1711, negociou o resgate exigido pelos franceses para se retirarem: 610 mil cruzados, mil caixas de açúcar e 200 bois.

Depois da abertura, na segunda década do século XVIII, do "caminho novo" para as Minas Gerais, o qual partindo do Rio de Janeiro através da Serra dos Órgãos, Paraíba (do Sul) e Borda da Campo (Barbacena), encurtava para 15 dias a jornada para os sertões do ouro, Paraty sofreu o primeiro declínio. Ainda assim, continuou importante porto de mar até fins do século XIX. As caravelas que vinham da Europa ali faziam escala quase obrigatória. Companhias líricas vinham da Europa representar no teatro de Paraty, que também recebeu atores nacionais. Continuavam a chegar imigrantes às suas terras férteis.

Por volta de 1863 ainda existiam 12 engenhos e 150 fábricas de aguardente. Com a abolição da escravatura, em 1888, e o êxodo dos trabalhadores rurais, verificou-se o colapso de sua economia, baseada na cultura da cana e do café. Em consequência do abandono das terras, vários cursos de água tiveram seus leitos obstruídos, ficando as várzeas férteis sujeitas a inundações.

A partir de 1954, com a abertura de uma estrada carroçável para Cunha, na direção do antigo caminho colonial da Serra, vem-se processando lentamente o soerguimento econômico do Município, tanto pela recuperação das lavouras, como pela afluência de turistas, vindos principalmente de São Paulo.

A precariedade do transporte marítimo, único meio de comunicação de Paraty com os demais municípios fluminenses, provocou, no princípio da década de 1960, um movimento a favor de uma revisão administrativa que desmembrasse o Município do Estado do Rio de Janeiro e o fizesse voltar a integrar o território do Estado de São Paulo. A abertura da estrada para Angra dos Reis veio romper esse isolamento e permitir integração com os demais municípios do Território da Baía de Ilha Grande e a capital do Estado.(TCE-RJ. Estudo Socioeconômico, 2007).

Pela sua situação geográfica e riqueza de suas terras, Paraty tem condições excepcionais para retomar o lugar de relevo que ostentou outrora no conjunto das localidades fluminenses. (IBGE, 2010).

O longo processo de estagnação vivido por Paraty ao longo do século XX manteve, paradoxalmente, o casario colonial, conservado no conjunto conhecido como Centro Histórico. Este esquecimento associado à implantação da Rio-Santos (término 1975) determinou a vocação de Paraty como importante centro turístico. Seus casarios históricos foram requalificados dando lugar à pousadas, restaurantes, lojas de artesanato e museus. Além do acervo histórico preservado Paraty ainda conta com a beleza exuberante do seu entorno composto de praias, enseadas, ilhas e matas, como a Praia de Trindade, Paraty-Mirim e o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Outro ponto a ressaltar no município de Paraty é o fato de ter se tornado um pólo de eventos culturais. Vários eventos culturais importantes ocorrem na cidade : Festival da Pinga, Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora dos Remédios, Festa de Santa Rita, Paraty em Foco e a Mostra Rio-São Paulo de Teatro de Rua, sendo o mais concorrido e conceituado a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP).

Realizada desde 2003, a FLIP conta com a presença de escritores nacionais e estrangeiros que participam de palestras e debates nos prédios históricos ou em tendas armadas nas ruas. A cada ano, a festa é dedicada à memória de um grande escritor já morto. A atração que exerce a FLIP veio a se constituir num novo marco do desenvolvimento do turismo no município.

Outra atividade tradicional e que merece destaque em Paraty é a produção da cachaça. O solo de Paraty é considerado ideal para a plantação de cana-de-açúcar e a geografia acidentada com numerosos rios facilitava a construção de rodas d'água, indispensável para a moagem em grande escala da cana-de-açúcar. Esses motivos transformaram Paraty no maior centro produtor da bebida durante o período colonial e imperial. Segundo os cálculos de Pizarro, no início dos do século XIX a vila produzia 845.000 litros de pinga por ano. A pinga de Paraty tem fama de ser a melhor do país, como demonstram registros da história. Quando alguém queria pedir uma boa aguardente pedia a que era fabricada em Paraty. Logo Paraty virou sinônimo de pinga.⁹

O município destaca-se no Estado por ter aproximadamente nove alambiques com capacidade de produção superior de 263 000 litros O alambique Murycana encontra-se

⁹ ANDRADE, Eduardo La Regina de. Paraty - Cidade Histórica –Brasil, 2011.

desativado localizado dentro de uma fazenda, conta com museu e atividades para crianças, havendo ainda degustação de cachaças.¹⁰

A produção de cachaça conta com a associação dos produtores e amigos de cachaça de Paraty (APACAP) e com um Festival de Cachaça, Cultura e Sabores, que já se encontra na sua 29ª edição.

Parte predominante do território municipal de Paraty encontra-se em área de preservação ambiental, abrangendo parte de grande área do Parque Nacional da Bocaina, do Parque Estadual de Paraty-Mirim, de Área de Preservação Ambiental de Cairuçu, além das terras indígenas pertencentes aos povos Guaranis e a reserva extrativista da Joatinga.

A Rodovia Rio-Santos, BR-101 atravessa todo o território de Paraty acompanhando o seu litoral, enquanto a Rodovia Estadual RJ-165 o faz de leste a oeste, alcançando a localidade de Cunha, no Estado de São Paulo.

O município tem uma área total de 925 km², correspondentes a 34,74% da área do Território da Baía da Ilha Grande.

Paraty tem um contingente de 24.201 eleitores, correspondentes a 64% do total da população em 0,21% do total de eleitores do Estado.

De acordo com o censo de 2010, Paraty tinha uma população de 37.575 habitantes, correspondentes a 8,73% do contingente do Território da Baía da Ilha Grande, sendo 18.992 homens e 18.583 mulheres. A densidade demográfica era de 40,7 habitantes por km².

Tabela 36: Síntese do Município de Paraty

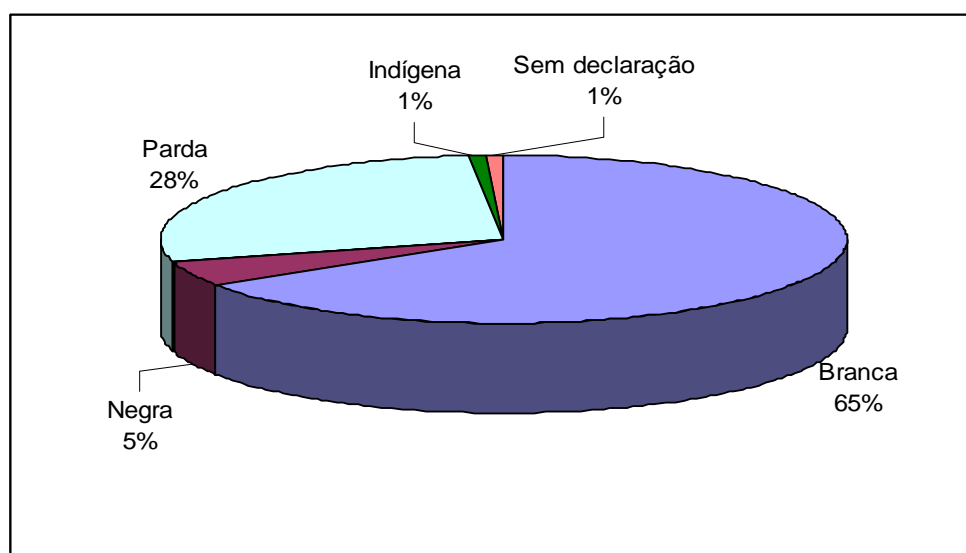
Descrição	Valor	Unidade
População	37.575	Pessoas
Área da unidade Territorial	925	Km ²
Eleitorado	24.201	Eleitores
PIB per capita	12727.78	Reais
Matrículas – Ensino Fundamental 2009	7.905	Matrículas
Matrículas – Ensino Médio 2009	1.374	Matrículas
Docentes – Ensino Fundamental 2009	428	Docentes
Docentes – Ensino Médio 2009	137	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	34	Estabelecimentos
Pessoal Ocupado	5.948	Pessoas
Total de Homens	18.992	Pessoas
Total de Mulheres	18.583	Pessoas
População Urbana	27.717	Pessoas
População Rural	9.858	Pessoas

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

¹⁰ ANDRADE, Eduardo La Regina de. Paraty. Cidade Histórica. Brasil Disponível

Apresentam-se, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município. Percebe-se que há uma predominância de pessoas que se declaram brancas, representando 65% da população, contra 5% de afrodescendentes, 28% se declararam pardos, 1% se declararam indígenas e 1% não fizeram declaração nenhuma.

Figura 6 - Distribuição por cor ou raça da população do município



SANEAMENTO BÁSICO

Em maio de 2001, os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba uniram-se em um Consórcio Intermunicipal da Bacia da Baía de Ilha Grande. Ao final do ano de 2009 os representantes dos municípios de Angra dos Reis, Rio Claro Paraty e Mangaratiba assinaram protocolo de intenções para criação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baía da Ilha Grande (Cisbig). A sede e presidência ficou em Angra dos Reis e a vice em Rio Claro.

A importância da implantação do consórcio na região, no atendimento a população, passa pela liberação dos recursos do SUS destinados a saúde e pela otimização dos recursos existentes nos municípios, quer seja pela troca de serviços e/ou evitando a sua ociosidade, (por exemplo, Rio Claro, tem um centro de audiologia de ponta, com um alto nível de equipamentos e com suporte para atender os municípios vizinhos.).

Dados apurados no ano 2000¹¹ apresentam o seguinte panorama do município:

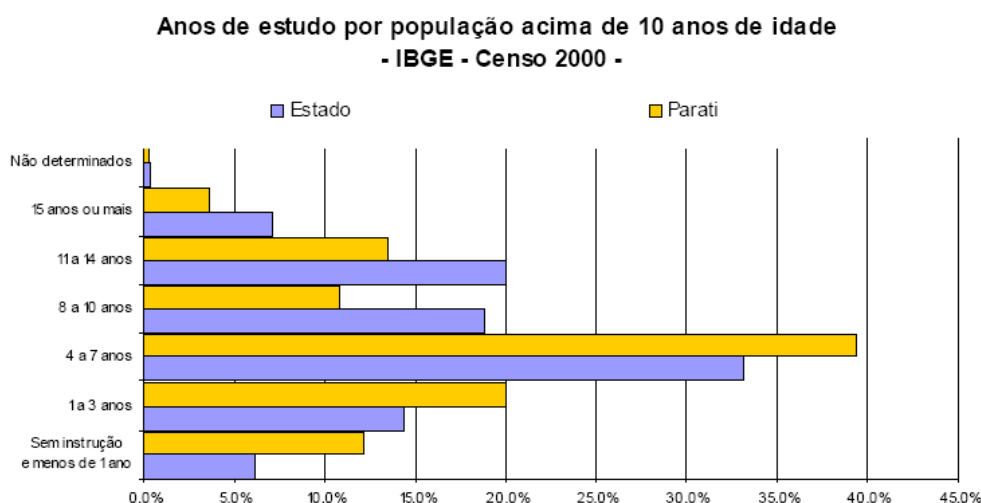
¹¹ Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

- No tocante ao abastecimento de água, Paraty tem 69,9% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 27,5% com acesso à água através de poço ou nascente e 2,6% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 4.000 metros cúbicos por dia, dos quais a totalidade passa por tratamento não convencional.
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 15,8% dos domicílios do município; outros 48,7% têm fossa séptica, 30,2% utilizam fossa rudimentar, 1,4% estão ligados a uma vala, e 3,6% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não teve seu tratamento ou destino reportados.
- Paraty tem 82,3% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,5% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 14,0% o queimam.

Dados preliminares de 2005 da Fundação CIDE apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Paraty é o seguinte: são coletadas 18,1 toneladas/dia, cujo destino é vazadouro a céu aberto de propriedade de terceiros, localizado na APA Cairuçu (Lixão do Boa Vista).

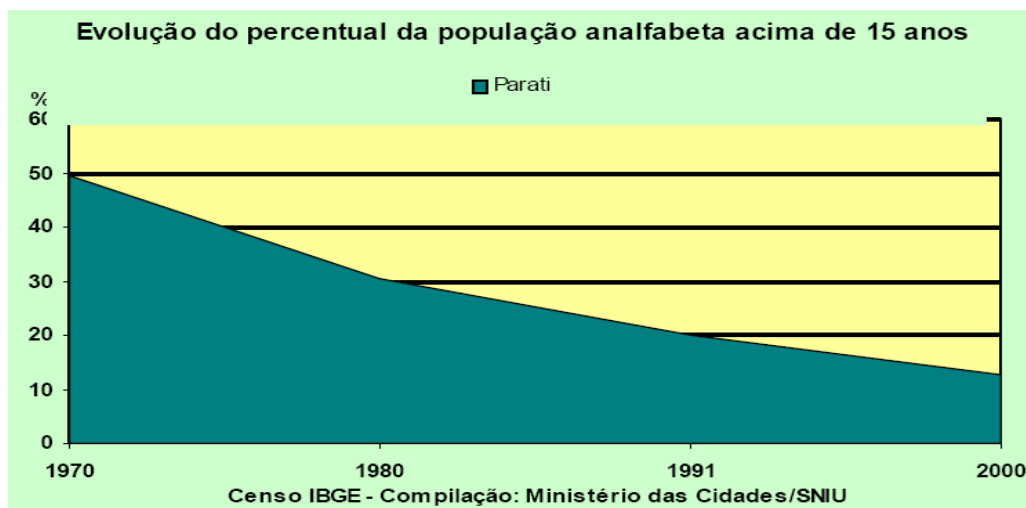
EDUCAÇÃO

Os indicadores disponíveis do município¹² de Paraty apresentam o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:



¹² Números de matrículas, professores e escolas de 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.

Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Paraty, apresentou a seguinte evolução:



Dados mais recentes mostram que o número total de matrículas nos ensinos fundamental e médio de Paraty em 2005 aumentou para 10.197 alunos e já em 2006 evoluiu para 10.304 no número de estudantes.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 92% das matrículas na creche em 2006.

Tabela 37- Número de Creches, Professores e Matrículas , Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	2	7	116	16,6	11,4
02	2	9	149	16,6	11,0
03	2	7	106	15,1	11,4
04	3	7	117	16,7	18,7
05	2	5	92	18,4	16,4
06	2	5	87	17,4	15,8

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico 2007.

Na pré-escola, a rede municipal é responsável por 56% das matrículas em 2006 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 38: Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	13	44	846	19,2	16,5
02	16	61	926	15,2	16,8
03	17	65	1.040	16,0	17,0
04	20	70	1.153	16,5	17,0
05	20	85	1.275	15,0	16,8
06	20	79	1.190	15,1	16,7

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico 2007.

No ensino de jovens e adultos, Paraty tem um total de 1.181 alunos matriculados em 2006, sendo 365 para cursos presenciais e 816 para cursos semi-presenciais. O município de Paraty não tinha instituição de ensino superior em 2005.

MERCADO DE TRABALHO

Paraty teve um crescimento populacional da ordem de 11,5% entre 1º de julho de 2001 e a mesma data de 2006, quando atingiu 33.695 habitantes, o que representa 18,9% do contingente populacional da Baía de Ilha Grande. Em 2010 sua população atingiu 37.575 habitantes representando um aumento absoluto de 3.880 habitantes. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

Tabela 39: Movimentação de Empregos Formais

Período: Jan. de 2006 a Jan. de 2008 - Paraty			
Movimentação	Município		UF
	qtde	%	qtde
Admissões			
		asec	
1º Emprego	4.279	1,22	349.466
Reemprego	19.640	1,01	1.953.260
Reintegração	7	0,55	1.281
Contr. Trabalho Prazo Determ.	184	1,27	14.464
Transferência	0	-	0
Total	24.110	1,04	2.318.471
Desligamentos			
Dispensados sem Justa Causa	15.540	1,08	1.434.986
Dispensados com Justa Causa	184	0,58	31.944
A Pedido	4.099	1,01	404.799
Término de Contrato	1.440	0,89	161.486
Aposentadoria	31	0,63	4.949
Morte	87	1,05	8.265
Término Contrato Prazo Determ.	149	1,32	11.281
Transferência	0	-	0
Total	21.530	1,05	2.057.710
Varição Absoluta	2.580		260.761
Varição Relativa	10,34 %		10,14 %
Número de empregos formais	29.173	1,04	2.818.540
1º Janeiro de 2008			
Total de Estabelecimentos	4.453	0,96	463.843

Fonte: CAGED - 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No município de Paraty o principal produto agrícola é a banana, com 49% do total da produção municipal.

Tabela 40: Lavoura Temporária - Paraty

Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	3.900	Tonelada
Área plantada: 130 hectare		
Mandioca - Quantidade produzida	896	Tonelada
Área plantada: 64 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 41: Lavoura Permanente

Banana - Quantidade produzida	7.350	Tonelada
Área plantada: 2100 hectare		
Coco-da-baía - Quantidade produzida	96	Mil frutos
Área plantada: 08 hectare		
Maracujá - Quantidade produzida	44	Tonelada
Área plantada: 04 hectare		
Palmito - Quantidade produzida	84	Tonelada
Área plantada: 60 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 42: Pecuária

Bovinos - efetivo dos rebanhos	4.500	cabeças
Suínos - efetivo dos rebanhos	920	cabeças
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	168	cabeças
Asininos - efetivo dos rebanhos	6	cabeças
Muares - efetivo dos rebanhos	230	cabeças
Ovinos - efetivo dos rebanhos	115	cabeças
Galinhas - efetivo dos rebanhos	3.300	cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	7.800	cabeças
Caprinos - efetivo dos rebanhos	180	cabeças
Vacas ordenhadas - quantidade	220	cabeças
Leite de vaca - produção - quantidade	350	mil litros
Ovos de galinha - produção - quantidade	35	mil dúzias
Mel de abelha - produção - quantidade	250	kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SEROPÉDICA

A história da ocupação do atual território de Seropédica está intimamente ligada à história de Itaguaí, ao qual pertenceu até 1997, quando foi desmembrado e elevado à categoria de município.

O início do desbravamento do atual território dos municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi data de meados do século XVII. Os jesuítas lançaram as bases da futura povoação em terras compreendidas entre os Rios Tiguaçu e Itaguaí, para catequizar os índios da região. Posteriormente, os missionários verificaram que as terras da Fazenda de Santa Cruz, mais próximas do mar, melhor se prestavam para aldeamento, para lá se transferindo com os aborígenes, onde erigiram um templo dedicado a São Francisco Xavier, inaugurado em 1729, futura Itaguaí.

Em 1818, a aldeia de Itaguaí foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, cujo município foi desmembrado de territórios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis.

Dotado de terras férteis, o município de Itaguaí desfrutou, no século passado e até 1880, de fortes atividades rurais e comerciais, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Com a abolição da escravatura, houve considerável êxodo dos antigos escravos, ocasionando terrível crise econômica.

Esse fato, aliado à falta de transporte e à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações, periódicas ou permanentes. O abandono das terras provocou a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando-a.

Desse processo originou a disseminação da malária, que reduziu a população local e paralisou por várias décadas o desenvolvimento econômico da região.

A passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo pelo território do antigo distrito de Seropédica, aliadas às obras de saneamento da Baixada Fluminense, empreendida por Nilo Peçanha, permitiram o aproveitamento de grandes áreas e possibilitaram ao município retomar o seu processo de crescimento econômico.

Em 1938, foram iniciadas, em Seropédica, as obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrônomicas, onde hoje funciona a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. UFRRJ. Em 1945, moravam muitas pessoas no Horto Florestal de Seropédica, todos funcionários do local, com suas famílias. Não existiam casas nem escolas nos quilômetros próximos.

Em 1948, entretanto, a UFRRJ transferiu seu campus para as margens da antiga rodovia Rio - São Paulo, hoje BR-465, iniciando-se o desenvolvimento urbano de Seropédica.

Deve-se observar, entretanto, que Seropédica encontra-se atualmente mais associado ao processo de metropolização que se dá a partir do Rio de Janeiro, do que do desenvolvimento do Território da Baía de Ilha Grande.

A universidade que é importante elemento dinamizador de atividades para o município, mantém, atualmente, vinte cursos de graduação, em Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Economia Doméstica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Geologia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Física, Licenciatura em História, Matemática, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia.

Promove, também, cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Biologia Animal, Agronomia, Ciência do Solo, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais e Florestais, Desenvolvimento Agrícola, Fitotecnia, Microbiologia Veterinária, Medicina Veterinária, Parasitologia Veterinária, Patologia Animal, Patologia Clínica, Patologia Veterinária, Química Orgânica, Sanidade Animal e Zootecnia, além de outros dez cursos de pós-graduação *lato sensu*. As atividades ligadas a um centro universitário e acadêmico atraí grande fluxo de estudantes e docentes de vários municípios do Estado e do país constituindo-se num pólo indutor de atividades complementares que se instalam e colaboram com o crescimento econômico do município. (IBGE, 2010).

O município de Seropédica permaneceu sem expressão até três décadas passadas, tendo em vista as dificuldades de acesso, pois só era servido por uma linha férrea, com pouca movimentação de trens, sendo ligado ao município do Rio de Janeiro por uma estrada não pavimentada. A abertura da rodovia Rio - Santos mudou o cenário, facilitando o deslocamento entre diversos municípios próximos.

A rodovia Presidente Dutra BR 116 atravessa a porção norte do município no sentido leste a oeste, alcançando, respectivamente, Paracambi e Queimados e o Rio de Janeiro. O município também é atendido pela BR-465, antigo traçado da Rio-São Paulo, alcançando a BR-116. O município é, ainda, atravessado de norte a sul pelo ramal ferroviário Japeri-Mangaratiba.

O município tem um único distrito-sede, ocupando uma área total de 284 Km² correspondentes a 10,66% da área do Território da Baía de Ilha Grande.

Seropédica tem um contingente de 49.560 eleitores, correspondentes a 63% do total da população e 0,43% do total de eleitores do Estado.

De acordo com o censo de 2010, Seropédica tinha uma população de 78.183 habitantes correspondentes a 18,16% do contingente do Território da Baía de Ilha Grande, sendo 38.400 homens e 39.783 mulheres. A densidade demográfica era de 275,2 habitantes por km².

Tabela 43: Síntese do Município de Seropédica

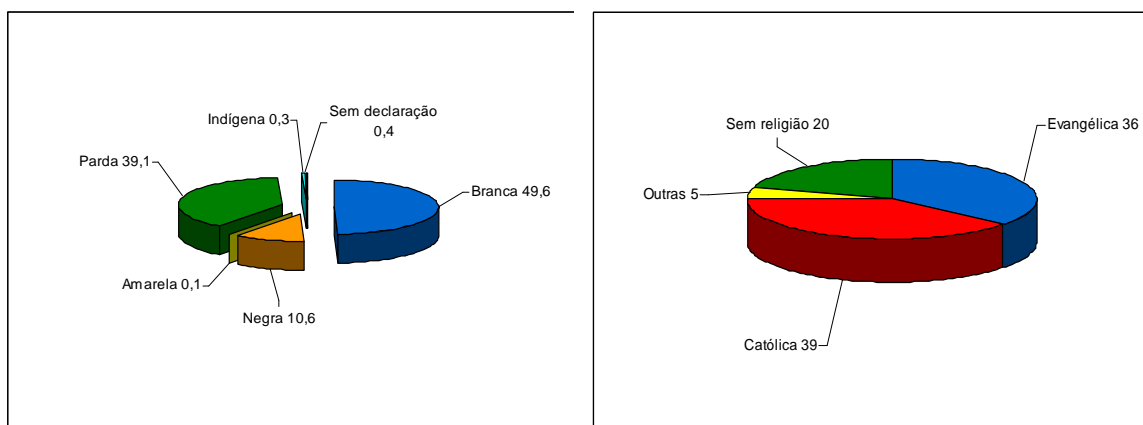
Descrição	Valor	Unidade
População	78.183	Pessoas
Área da unidade Territorial	284	Km ²
Eleitorado	49.560	Eleitores
PIB per capita	7297.09	Reais
Matrículas – Ensino Fundamental 2009	14.462	Matrículas
Matrículas – Ensino Médio 2009	4.379	Matrículas
Docentes – Ensino Fundamental 2009	892	Docentes
Docentes – Ensino Médio 2009	333	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	23	Estabelecimentos
Pessoal Ocupado	9.570	Pessoas
Total de Homens	38.400	Pessoas
Total de Mulheres	39.783	Pessoas
População Urbana	64.297	Pessoas
População Rural	13.886	Pessoas

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE, 2010.

A faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e os idosos representam 8% da população do município, contra 20% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:

Figura 7 - Distribuição de cor ou raça e religião da população do município



Percebe-se que há uma equivalência entre pessoas que se declaram afrodescendentes, representando 49,7% da população, contra 49,6% de brancos e que o número de praticantes de outras religiões, 41%, é superior a soma dos católicos.

SANEAMENTO BÁSICO

Dados apurados no ano 2000¹³ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, Seropédica tem 85,7% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 12,6% com acesso à água através de poço ou nascente e 1,7% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 12 960 metros cúbicos por dia, dos quais a totalidade passa por tratamento convencional.
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 11,5% dos domicílios do município; outros 48,3% têm fossa séptica, 12,8% utilizam fossa rudimentar, 21,8% estão ligados a uma vala, e 1,7% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não passa por tratamento e é lançado no rio.

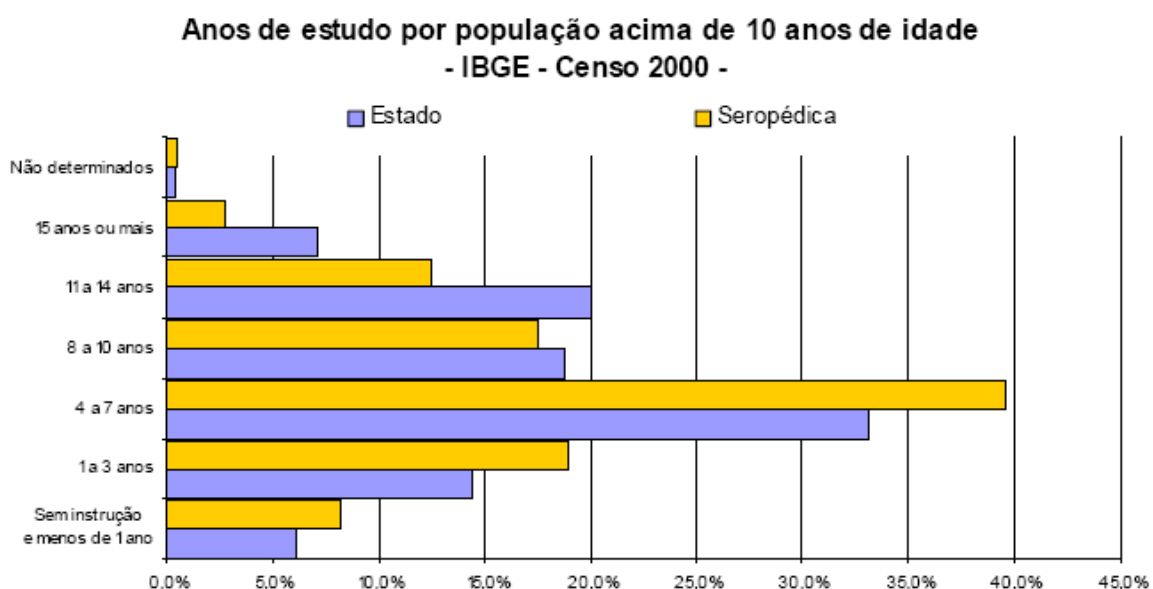
¹³ Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU do Ministério das Cidades - dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

- Seropédica tem 80,2% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,6% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 17,3% o queimam.

Dados preliminares de 2005 da Fundação CIDE apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Seropédica é o seguinte: são coletadas 47,5 toneladas/dia, cujo destino é vazadouro a céu aberto de propriedade da Prefeitura, próximo à RJ-109.

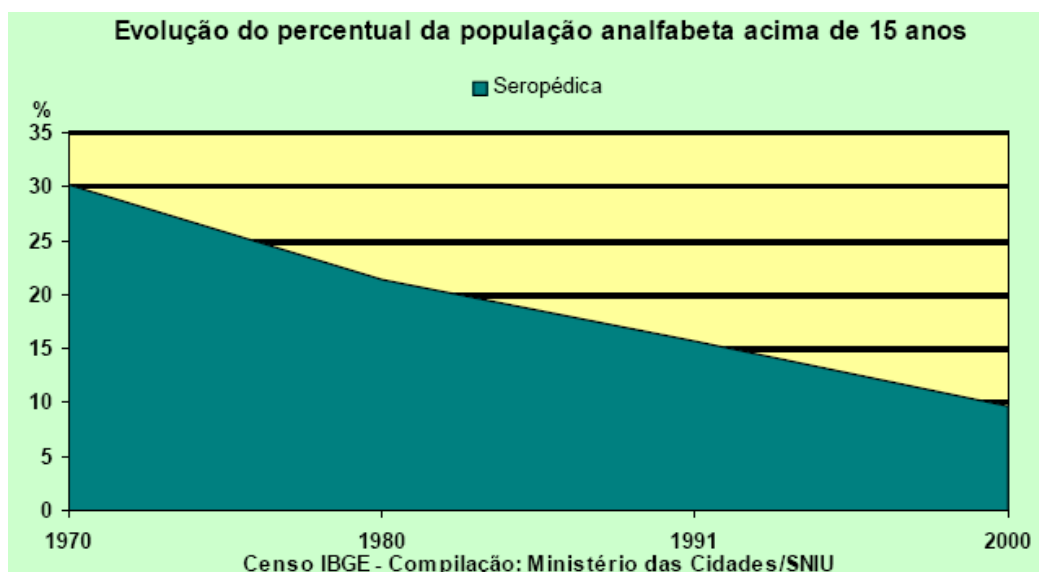
EDUCAÇÃO

Os indicadores disponíveis do município¹⁴ de Seropédica apresentam o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Seropédica, e seu município de origem, Itaguaí, apresentou a seguinte evolução:

¹⁴ Números de matrículas, professores e escolas de 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.



Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil, que engloba creche e pré-escola.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 83% das matrículas na creche em 2006.

Tabela 44: Número de Creches, Professores e Matrículas, Rateio Professor/Aluno – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	2	8	137	17,1	11,4
02	2	8	95	11,9	11,0
03	1	2	16	8,0	11,4
04	1	2	22	11,0	18,7
05	4	20	325	16,3	16,4
06	11	21	362	17,2	15,8

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico 2007.

Com relação à pré-escola, a rede municipal é responsável por 68% das matrículas em 2006 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 45: Número de Escolas da Pré-escola, Professores, Matrículas e Rateio Aluno/Professor – anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
01	22	64	1.162	18,2	16,5
02	23	66	1.162	17,6	16,8
03	23	78	1.299	16,7	17,0
04	26	86	1.455	16,9	17,0
05	38	125	2.133	17,1	16,8
06	41	133	2.376	17,9	16,7

Fonte: TCE-RJ Estudo Socioeconômico 2007.

A formação específica do corpo docente da rede pública é 100% de professores com graduação. No ensino de jovens e adultos, Seropédica tem um total de 3.417 alunos matriculados em 2006, todos para cursos presenciais.

MERCADO DE TRABALHO

Seropédica teve um crescimento populacional da ordem de 15,0% entre 1º de julho de 2001 e a mesma data de 2006, quando atingiu 76.788 habitantes, o que representa 37,9% do contingente populacional do Território da Baía da Ilha Grande. Em 2010 sua população atingiu 78.183 habitantes representando um aumento absoluto de 1.395 habitantes. Com relação ao nível de emprego formal, sua evolução e sua participação no número de empregos formais na Micro-Região encontram-se na tabela que segue:

Tabela 46: Movimentação de Empregos Formais

Período: Jan. de 2006 a Jan. de 2008 - Seropédica			
Movimentação	Município		UF
	qtde.	%	qtde
Admissões			
1º Emprego	561	0,16	349.466
Reemprego	2.377	0,12	1.953.260
Reintegração	2	0,16	1.281
Contr. Trabalho Prazo Determ.	0	0	14.464
Transferência	0	-	0
Total	2.940	0,13	2.318.471
Desligamentos			
Dispensados sem Justa Causa	2.204	0,15	1.434.986
Dispensados com Justa Causa	48	0,15	31.944
A Pedido	319	0,08	404.799
Término de Contrato	197	0,12	161.486
Aposentadoria	17	0,34	4.949
Morte	18	0,22	8.265
Término Contrato Prazo Determ.	3	0,03	11.281
Transferência	0	-	0
Total	2.806	0,14	2.057.710
Varição Absoluta	134		260.761
Varição Relativa	3,68 %		10,14 %
Número de empregos formais 01/01/2008	4.223	0,15	2.818.540
Total de Estabelecimentos Janeiro de 2008	715	0,15	463.843

Fonte: CAGED 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agropecuária é pouco expressiva no município, tendo como destaque na agricultura a banana e a horticultura.

Censo Agropecuário 2006

Tabela 47: Lavoura Temporária - Seropédica

Batata-doce - quantidade produzida	34	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	3.300	tonelada
Área plantada: 150 hectare		
Feijão (em grão) - quantidade produzida	3	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Mandioca - quantidade produzida	2.460	tonelada
Área hectare: 164 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

Tabela 48: Lavoura Permanente

Banana - quantidade produzida	4.550	tonelada
Área plantada: 910 hectare		
Coco-da-baía - quantidade produzida	3.040	mil frutos
Área plantada: 190 hectare		
Goiaba - quantidade produzida	204	tonelada
Área plantada: 12 hectare		
Laranja - quantidade produzida	16	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Limão - quantidade produzida	18	tonelada
Área plantada: 02 hectare		
Manga - quantidade produzida	234	tonelada
Área plantada: 13 hectare		
Maracujá - quantidade produzida	126	tonelada
Área plantada: 07 hectare		

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

Tabela 49: Pecuária

Bovinos - efetivo dos rebanhos	7.500	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	1.115	cabeça
Equinos - efetivo dos rebanhos	280	cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	6	cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	150	cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	150	cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	3.180	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	970	cabeça
Codornas - efetivo dos rebanhos	2.000	cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	250	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	1.120	cabeça
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	35	mil dúzias
Ovos de codorna - produção - quantidade (mil dúzias)	40	mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	3.500	kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

2.3 - Comunidades Quilombolas, Caiçaras, Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Indígenas

O Território da Baía da Ilha Grande abriga comunidades tradicionais que são verdadeiras relíquias de nossa história e pela importância cultural, antropológica e social devem ser cuidadas e preservadas.

Conta a área (tabela 1) com 5 comunidades quilombolas que abarcam 660 famílias distribuídas nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. A população indígena engloba 5 aldeias, totalizando 620 índios e 140 famílias localizadas em Paraty e Angra dos Reis. As aldeias indígenas que aí estão localizadas são: Paratymirim, Araponga, Mamangua, e Bracuí, todas pertencentes dos povos Guarani, que se deslocaram de outros estados para a região. A agricultura familiar distribuída em todos os municípios do Território da Baía de Ilha Grande totaliza 1.833 agricultores familiares, destacando Seropédica pela presença de várias comunidades: Sol de Manhã, Carretão e Filhos da Manhã e Pacova em Barra Grande no município de Paraty.

Os pescadores artesanais que vivem no Território da Baía da Ilha Grande compreendem 1901 pescadores que se agregam nas Colônias de Pescadores Z18 em Paraty e Z16 em Itacuruçá. Os caiçaras descendentes do encontro dos portugueses e dos índios trazem do passado práticas dos índios que ainda hoje se mantêm na área, entre as quais, a forma de construção das canoas, é o exemplo mais característico. Encontram-se na área os caiçaras de Joatinga, de Ilha Grande e da Vila de Trindades, sendo, que nesta última, obteve-se as entrevistas para este Diagnóstico.

Estes segmentos sociais vêm participando no último ano de associações, conselhos, colônias e cooperativas que buscam fortalecer, consolidar e organizar as reivindicações destes grupos sociais, bem como divulgar suas causas.

Há iniciativas (Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais é um exemplo), que buscam incentivar a união destas comunidades, procurando reunir os programas de inclusão social e cidadania elaborados por vários ministérios e adaptá-los em uma importante questão.

Conforme analisado no início deste trabalho, desde o final dos anos de 1970 o litoral Sul Fluminense vem sofrendo fortes impactos com a construção da Rodovia Rio-Santos, e a expansão do turismo, onde os condomínios de luxo, marinas e resorts vem conquistando

espaços das Comunidades Tradicionais pressionando e expulsando sua população, que termina por migrar para as periferias urbanas, passando a viver em realidade sociocultural totalmente diferente de suas origens. Outra questão que afeta diretamente estas comunidades é a degradação ambiental. Assim, em face deste processo, verifica-se, na área, choques de interesse entre estas comunidades e os empreendimentos turísticos, havendo conflitos com os condomínios de luxo, com grileiros que disputam os espaços ocupados por estes segmentos sociais tradicionais. Neste caso, destaca-se, principalmente, a perda de espaço da pesca artesanal para as atividades turísticas que requerem locais com atrativos (enseadas e praias), que coincidem com as áreas onde os pescadores artesanais, preferencialmente, se abrigam e exercem suas atividades. e mais recente, com as zonas de exclusão da pesca formado pelo crescente número de plataformas e navios na Baía da Ilha grande

Os problemas relacionados ao meio ambiente nestes territórios adquirem maior gravidade na medida em que se observa a dependência destes povos ao meio ambiente. De fato, um outro ponto comum pode ser mencionado na vida destas comunidades tradicionais – a forte relação com a natureza, dela obtendo os recursos que necessitam para a sobrevivência do grupo. Chamou também atenção que em todas as comunidades tradicionais foi feita referência da baixa adesão aos benefícios da previdência social e o baixo grau de escolaridade.

A população indígena produz artefatos que são vendidos em Paraty e Angra dos Reis produzindo seus alimentos, que constam de milho, mandioca, batata doce, feijão, amendoim e da mata extraem material para construção das casas, fazem cestos, arcos, objetos de rituais. Praticam danças e cânticos próprios.

As(Os) quilombolas vivem de agricultura, da pesca, artesanatos e ainda mantém suas manifestações culturais entre as quais destaca-se suas danças, como o jongo. Preserva-se, assim, na área a memória do jongo, sendo que em 2005 o jongo do Sudeste recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro.

Os agricultores familiares, dispersos em várias comunidades no Território da Baía de Ilha Grande, enfrentam sérias dificuldades para produzir e comercializar seus produtos. O poder municipal em municípios como Itaguaí, Angra dos Reis e Seropédica procura apoiar as atividades destes produtores disponibilizando equipamentos, caminhão, técnicos e orientar as atividades da lavoura. Mesmo assim, o apoio recebido está aquém das necessidades desta

atividade, que encontra várias barreiras para desenvolver. Os problemas citados incluem: falta de apoio técnico, falta de capacitação, falta de regularização fundiária e falta de crédito. Em termos de comercialização da produção os problemas não são menores e incluem baixo valor dos produtos, falta agregar valor aos produtos com beneficiamento e/ou agroindústrias e, ainda, a dificuldade de adequação às normas de mercado.

Tabela 50: Estabelecimentos e área da Agricultura Familiar segundo os Municípios do Território da Baía de Ilha Grande

(Lei nº 11.326)

Município	Estabelecimentos	Área (ha.)
1. Angra dos Reis	228	2.423
2. Paraty	384	5.382
3. Mangaratiba	154	1.482
4. Itaguaí	751	5.283
5. Seropédica	318	1.647
Total	1.833	16.217

Fonte: IBGE, 2006. Censo Agropecuário

O grande abandono por parte do Poder Público, especialmente do Governo Estadual, cujas ações são bastantes restritas no Território, acentuou os graves problemas das comunidades tradicionais ali existentes e, hoje, se apresenta com maior complexidade e dificuldade para solucioná-lo.

Verificamos em todas as comunidades entrevistadas a necessidade de se ampliar as demandas para os seus produtos, ficando manifestada através da reivindicação apontada nas entrevistas de cursos de capacitação para artesanato e para a produção agrícola.

Neste sentido programas que venham ampliar a integração destas comunidades através de suas manifestações, seja de produtos ou de bens imateriais (jongo, capoeira e danças) serão de grande valia para a divulgação de sua importância regional e a afirmação das suas histórias. Este tipo de divulgação contém, também, a vantagem de propiciar um melhor

entendimento da vida destas comunidades para os demais segmentos sociais que estão chegando e se implantando na área.

A seguir será apresentada uma caracterização das comunidades existentes a partir das visitas a área, das entrevistas aos órgãos públicos e da análise dos questionários aplicados nas comunidades ressalta-se que para o levantamento foi levado em conta a população existente de agricultores familiares, pescadores e caiçaras, respeitando-se os critérios da DAP. Recorreu-se também á pesquisa na Internet para aqueles estudos relacionadas a um conhecimento mais aprofundado de cada uma das comunidades. Em anexo inclui-se um CD, com apresentação em PowerPoint, das Comunidades que foram pesquisadas, complementando as informações sobre estas Comunidades tradicionais.

⇒ **Pescadores Artesanais**

Grande parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho dos pescadores profissionais artesanais. São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais 500 mil toneladas por ano. A pesca artesanal é muito importante para a economia regional, pois através dela se dá a criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral.

A pesca artesanal tem grande valor cultural, econômico e social. Colaborou para a origem das comunidades que simbolizam toda a diversidade e riqueza cultural do nosso povo, como os caiçaras encontrados ainda hoje no território da Baía de Ilha Grande. Diversas tradições, como as festas típicas, rituais, técnicas e artes de pesca, além de lendas do folclore brasileiro, nasceram com a atividade da pesca e são preservadas até hoje.

Observa-se que há uma atividade pesqueira significativa no Território da Baía de Ilha Grande sendo a pesca artesanal um setor relevante para economia da região. As condições morfológicas e oceanográficas existentes nas suas baías proporcionam elevada produção pesqueira. Possui 4 municípios na linha da costa que desempenham esta atividade, apenas Seropédica não possui território banhado pelo mar. Apesar do papel que desempenha na área, a atividade vem sofrendo com inúmeros problemas entre os quais são apontados a expansão imobiliária e do turismo em áreas pertencentes à comunidades de pescadores, a expansão de atividades poluidoras, e a intensa circulação de navios nas baías de Ilha Grande e Sepetiba, a falta de apoio e incentivo governamental e a baixa valorização da atividade e dos pescadores artesanais. Acresce, ainda, que devido a existência de uma proporção não desprezível de

lançamento inadequado de esgoto em valas, rios e mar a questão da poluição vem também afetando o desenvolvimento desta atividade. Na tabela 51 pode se observar o número de pescadores existentes na área que perfazem um total de 1901.

Tabela 51: Número de Pescadores Artesanais no Território da Baía de Ilha Grande

Municípios	Número de Pescadores Artesanais com Registro
Paraty	599
Mangaratiba	301
Seropédica	03
Angra dos Reis	622
Itaguaí	376

Fonte: Ministério da Pesca – em 2010

Do ponto de vista econômico a pesca sobressai como importante elemento para manter as tradições no item alimentação da população, localizadas no litoral, fornecendo produtos que abastecem restaurantes e bares, constituindo-se em mais um dos atrativos turísticos da região.

⇒ Comunidade Caiçara de Trindade

A Comunidade Caiçara localiza-se na Vila ou Bairro de Trindade, Município de Paraty, tendo o Governo Federal em fevereiro de 2009 delimitado parte (Praia do Meio) integrante do Parque Nacional da Serra da Bocaina. A Vila de Trindade demandava entrevista de 54 pescadores artesanais através da Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores da citada vila, no entanto, foram preenchidos somente 31 questionários, tendo em vista, as dificuldades de acesso ou localização dos nativos denominados Caiçaras.

Conforme levantamento histórico da região, bem como um resumo dos relatos dos entrevistados, a Vila foi formada, já a partir do século XVI com a miscigenação de brancos de origem portuguesa com grupos indígenas das regiões litorâneas do Estado de São Paulo (os Tupinambás) e também houve o aporte de negros libertos que se afastaram das influências das áreas urbanas (cidades e vilas), além de uma pequena referência não comprovada por fontes históricas, de que houve também influência dos Índios “Carapebas” que já habitavam aquela região. A formação da Vila de Pescadores de Trindade, deu-se com esses povos e como a terra do litoral não era fértil como no planalto para o cultivo de subsistência, passaram a dedicar-se à pesca, com seus equipamentos feitos de forma artesanal, com canoas de ubá e

redes feitas de fibra de embaúba, desde então a denominação Caiçara passou a ser sinônimo de pescador litorâneo. Ainda, conforme relatos de um dos mais antigos moradores, o Senhor Jacob, da Praia do Caixadaço, não abandonou completamente seus plantios, pois a preservação de algumas culturas, como a de plantio de mandioca, continua presente nos dias de hoje.

Foram deixadas marcas, toda a influência econômica da Coroa Portuguesa e do Império, marcaram essa região, tais como: a consolidação de Vilas com seus Casarios e as Senzalas na Região de Paraty, e é incontestável o fato de que por trilhas passaram e construíram a história dos índios, dos escravos e os colonizadores, dando origem a um “novo” povo de raízes cultural, como os dos Caiçaras.

A pesca com canoas de ubá e redes com até 50 braças de comprimento por 6 de largura e para facilitar a flutuação, colocavam bóias de cortiça e na parte inferior colocavam as chumbadas ou peso de barro cozido e nas extremidades da rede, colocavam cordas feitas de fibras vegetais para puxar o arrastão, hoje já não está presente, diante de outros manejos e equipamentos, como pequenas embarcações de alumínio e motores a diesel, para se chegar mais rápido ao local de pesca, apenas as velhas canoas são utilizadas para o “cerco”.

A Vila de Trindade conta com serviços públicos, como uma Escola Municipal; um pequeno Posto de Saúde; Transporte (uma linha de ônibus); coleta de lixo; um órgão da Embratel, um cemitério e fornecimento de energia elétrica da companhia AMPLA, conta ainda, com vários estabelecimentos comerciais, bem como inúmeras pousadas. Não foram localizadas: farmácias, posto policial, salva-vidas da Defesa Civil nas praias do local e Serviços de Correios com endereçamento postal, pois seus logradouros não são denominados. O quantitativo populacional é duvidoso, segundo moradores que exploram o comércio, parece ser maior, pois não se sabe a real demografia.

O turismo é a atividade predominante, pois as belezas naturais da região estimulam a presença desordenada de inúmeros visitantes, onde os seus moradores locais procuram explorar essas visitas, com seus produtos locais e de outras regiões, o passeio de barcos, incluindo ainda o pescado de sobrevivência. O estímulo ao turismo merece cuidados, pois como pode-se verificar nas entrevistas, a Vila de Trindade não tem saneamento básico e todas as residências e estabelecimentos comerciais são providos de fossas ou sumidouros para dejetos e outros despejos.

É notória a especulação imobiliária nas circunvizinhanças de Trindade, que estimula uma violenta e acelerada ação antrópica, motivada pela valorização das terras. O Caiçara nato, não está neste contexto, pois segundo relatos de seus moradores mais antigos, os conflitos e opressões vem desde os tempos dos primeiros habitantes, hoje “espremidos” em meros 30% das áreas que ocupavam da Vila de Pescadores, dando origem ao Bairro Trindade. Conflitos esses, de grupos que apareciam, alegando serem os donos da terra, com suas diversas companhias de empreendimentos imobiliários, ainda presentes. Alegam que naquela época, esses empreendedores “obrigavam” com violência a saída dos moradores, ou estimulavam a vender suas áreas de moradias com pequenas quantias em dinheiro, e quando conseguiam a compra, incluíam também suas áreas de trabalho, pois eles desconhecem os valores da terra, sistema métrico ou topográfico.

Independente dos conflitos, aumento demográfico, melhor estrutura de serviços públicos e não entrando no mérito de questões e metas de preservação de ecossistemas naturais e direcionamento das ações de órgãos de Unidades de Conservação, o Caiçara ainda está presente naquela região com sua cultura tradicional. A pesca artesanal, as músicas típicas, a confecção de objetos de decoração, bem como a confecção de redes e embarcações para o seu trabalho estão preservados.

É anseio dos jovens caiçaras, o resgate de suas raízes, preservação da região, garantia de suas moradias em áreas de onde são remanescentes, reconhecimento e titularização das terras para povos tradicionais, bem como o respeito histórico de seus antepassados

Nos objetivos técnicos e ações, a Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade, necessitam de capacitação para a melhoria da atividade; licenciamento para os atores envolvidos, afim de requerer benefícios de defesa para as espécies relacionadas na região do Caixadaço e outras; melhor localização de entreposto para comercialização e conservação do pescado, bem como melhor localização dos ancoradouros de embarcações.

⇒ **Reserva Indígena de Bracuí**

A reserva indígena de Bracuí pertence aos povos Guarani Mbya, que ocupam uma área de 2.127 hectares onde vivem 316 habitantes. Sua população é natural de diversos estados: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo transferidos sob anuência da FUNAI na década de 1980. A pesquisa realizada na comunidade levantou informações de 43 entrevistados. No território existem outras comunidades indígenas, como

Araponga , Rio pequeno e Paraty Mirim que devido a existência de estradas impossibilitaram o acesso desta forma foram entrevistados apenas Bracuí e Paraty Mirim.(Já foi mencionado no item 2.3.)

A produção de alimentos para subsistência base de sobrevivência desta comunidade inclui o plantio de diversos produtos: batata doce, milho, mandioca e frutas tais como: cana, banana, abacate, coco, laranja, açaí e acerola. A sobrevivência do grupo depende também da caça e da coleta de frutos da Mata Atlântica.

É, também, da Mata Atlântica que extraem a matéria prima que precisam para confecção dos objetos que utilizam no seu cotidiano e para fazer peças de artesanatos, na sua maioria vendidos pelos próprios (34%) diretamente em Paraty ou Angra dos Reis.

A matéria prima empregada na confecção destes artefatos inclui cipó (20,27%), embaúba (1,35%), taquara (20,27%), imbé (1,35%) e diversas sementes (16,22%), seiva de plantas (2,70%). São as mulheres e as crianças que praticam esta atividade no grupo pesquisado. Os produtos de artesanato abrangem chocalhos (5,63%), cestos (22,54%), pau de chuva (5,63%), colares (18,90%), bolsas (1,41%), enfeites (7,04%) e esculturas (2,8%). Esta atividade apresenta, segundo 25% dos entrevistados, retorno econômico satisfatório com a venda do artesanato. Na aldeia, dos 43 entrevistados, 16 praticam esta atividade havendo reivindicação de capacitação e divulgação de sua produção.

A sobrevivência desta comunidade conta também com apoio do Programa Federal Bolsa Família que, do grupo entrevistado alcançou uma proporção de 52%.

Suas tradições culturais vêm sendo mantidas ao longo dos anos, apesar das dificuldades que enfrentam e podem ser observadas nos levantamentos realizados. Na área da reserva indígena Bracuí 100% praticam a religião Opy reguá não havendo outra atividade religiosa no grupo. Suas atividades de lazer envolvem cantos, danças (sondaro, tangara) - 18,5%, e a prática do arco e flecha (15,28%). Há na reserva campo de futebol que é muito apreciado pelos índios, sendo que do conjunto de 43 entrevistados, 33% praticam este esporte como uma atividade de lazer.

A população vive na reserva de Bracuí em casas construídas pela comunidade e estão situadas em áreas afastadas das principais vias de acesso do Território, o que de certa forma os mantém mais protegidos de impactos diretos. Entretanto, devido a sua localização afastada

dos centros e das vias de circulação, para necessidade de deslocamento não utilizam, na maioria dos casos, nenhum meio de transporte. Segundo os dados levantados 76,74% da população desloca-se a pé.

A alimentação da população guarda relação com seu passado, incluindo o uso de farinha, tapioca, kaguity (bebida), além das frutas e alimentos por eles cultivados e coletados.

Além da atuação de ONGs (CDI e Rondon Brasil), a aldeia conta com a presença de outras instituições parceiras, como o MEC, SEE-RJ, Secretarias Municipais da Educação de Angra dos Reis, indigenistas e especialistas nas questões indígenas, entre outros. Possui acompanhamento permanente da FUNAI e FUNASA, posto de saúde, contando com várias ações de interesse ligadas ao artesanato, dança, especialmente para os jovens. Recebe também apoio do Governo Federal, como já mencionado, com o programa Bolsa Família. Esse projeto, entretanto, abrange uma cobertura que fica prejudicada pela falta de documentação e de informações sobre o programa.

A comunicação externa da aldeia se faz através de rádio (37%), TV (32%), jornal (2%). O uso de telefone (público ou próprio), no grupo dos entrevistados é realizado por 8% da aldeia.

As instalações das escolas são consideradas por mais de 55% dos entrevistados como sendo adequadas, atendendo às necessidades atuais da aldeia, entretanto, há uma reivindicação de aumentar o número de professores através de contratação e ampliar o ensino trazendo escolas de ensino médio e técnico.

Em termos de saúde verificou-se que em caso de doença os entrevistados adotam como procedimento a ida ao posto da FUNASA (9,29%), ao Hospital da FEAM – Fundação Eletronuclear de Assistência Médica, em Angra dos Reis. Foram citadas como as doenças mais frequentes: diabetes (4,44%), pressão alta (13,34%).

A reserva possui energia elétrica graças ao Programa Luz para Todos do Governo Federal que segundo a população facilitou a qualidade de vida dos Guaranis na região.

⇒ **As Comunidades Quilombolas**

No território da Baía de Ilha Grande localizam-se três áreas pertencentes aos povos quilombolas. Em Angra dos Reis encontra-se a Comunidade Quilombola de Marambaia e a Comunidade do Quilombola de Santa Rita do Bracuí e em Paraty situa-se a Comunidade de Quilombola do Campinho da Independência.

A pesquisa que levantou informações nestas comunidades não pode apurar dados no Campinho da Independência em Paraty, onde cerca de 450 pessoas, de 120 famílias descendentes de escravos, vivem.

Assim, a análise a seguir procura retratar a vida da população e as atividades desenvolvidas nos quilombos de Angra dos Reis.

⇒ **A Comunidade de Quilombola de Santa Rita de Bracuí**

Na Comunidade de Quilombola de Bracuí obteve-se 48 entrevistas sabendo-se que nesta comunidade vivem 119 famílias num total de 362 pessoas que se dedicam ainda à agricultura, (41,66%), porém o fazem para consumo próprio e ao extrativismo (22,91%). A agricultura de subsistência é desenvolvida por 09 produtores, que segundo os entrevistados, inclui o plantio, principalmente, do aipim (16%), milho(8%), feijão (8%), hortaliças (7%), além da cana (2,%) e pupunha (1,47%) na última safra. Dentre os entrevistados (2%) cultivam banana e (1%) laranja. As frutas que são produzidas para subsistência e contribuem para o elenco de alimentos da comunidade que abrangem banana, goiaba, abacate, jambo e coco.

A sobrevivência desta comunidade ainda conta com o apoio do Governo Federal através do Programa Bolsa Família, que neste grupo de pesquisados alcançou uma proporção de 35%. A cobertura deste Programa não é maior por falta de vaga e por ser a renda das famílias superior ao critério previsto para obtenção do benefício. Há referência por parte 4% dos entrevistados de receber benefício de cesta básica.

Devido aos conflitos fundiários e parcelamento da terra por herança as atividades agrícolas diminuíram nesta Comunidade, dando lugar ao trabalho assalariado em empreendimentos turísticos, entre eles o Marina Porto Bracuhy .

Verifica-se na área do quilombo de Bracuí uma diversidade religiosa, embora ainda se encontre presente o candomblé, pois 4,2% dos entrevistados praticam esta religião. Há ainda, neste grupo, 36% de católicos e 21% de evangélicos.

As atividades de lazer destes entrevistados envolvem manifestações culturais, principalmente o calango, (14,29%), o jongo, (25,71%), a capoeira, (13,33%) e a folia de reis, (24,76%).

A alimentação de sua população ainda conserva relação com as tradições do seu passado, incluindo o uso da banana da terra, o biju, os defumados, farinhas, melado e sardinha. Não há comércio próximo ao quilombo, havendo informação de 39,5% de dificuldade de obter alimentos.

A acessibilidade da população na comunidade é considerada regular por 47,92% dos entrevistados e ruim por 14,58%. O deslocamento destas pessoas para suas atividades se dá, principalmente, a pé (49,23%) e por bicicleta (27,69%). O transporte público é limitado.

A Comunidade de Quilombola de Santa Rita de Bracuí conta com apoio de duas ONGs como: SAPÊ (Sociedade Agrensense de Proteção e Ecologia) Yla-dudu, ambas militam há mais de vinte anos em Angra dos Reis.

A comunicação externa deste grupo de entrevistados na Comunidade de Quilombola de Santa Rita de Bracuí se faz através de rádio (31,87%), jornal (3,30%), TV (26,37%), fazendo uso de telefone público ou próprio (14,28%) dos entrevistados.

A comunidade considera as instalações das escolas adequadas (18%), sendo que segundo 39% dos entrevistados o ensino não atende às necessidades de educação do grupo social, entretanto, há reivindicação para incluir nos currículos questões ligadas à tradição da comunidade. A contratação de novos professores e inclusão do ensino médio e médio técnico nas escolas foi também apontada pelos entrevistados.

No que se refere à saúde, foi apontado que para atendimento de emergência, os moradores (20%) utilizam atendimento da SAMU. Foram citadas como doenças mais frequentes: diabetes 15,87%, a hipertensão 25,40% e a verminose 11,11%. Os estabelecimentos mais usados para atendimento é o Hospital de Angra e o SPA Angra dos Reis. A comunidade utiliza também práticas ligadas as suas tradições, recorrendo ao uso de chás e banho de ervas, no grupo entrevistado, aproximadamente 41% dos entrevistados

referiram-se a estas práticas. Foram citadas como doenças mais frequentes a diabetes (15,87), pressão alta (25,40%) e verminose (11,11%).

⇒ Comunidade de Quilombola de Marambaia

Na Comunidade de Quilombola de Marambaia¹⁵ obteve-se 55 entrevistas sabendo-se que nesta comunidade vivem 117 famílias num total de 343 pessoas que se dedicam, principalmente, a pesca artesanal (65%) e a maricultura (10%).

Esta comunidade, assim como a Comunidade de Quilombola de Santa Rita de Bracuí, tem ainda na luta pela terra uma causa a enfrentar havendo, neste sentido, processo no INCRA e nas instâncias estaduais. A sobrevivência desta comunidade conta com o apoio do Programa Federal Bolsa Família que neste grupo de pesquisados alcançou uma proporção de 58% e programa de cesta básica 9%..

Verifica-se que na Comunidade de Quilombola de Marambaia que há também uma diversidade religiosa, sendo 47% de católicos, 33% de evangélicos e 3% de espíritas, sendo que não foi mencionado a presença do candomblé.

As atividades de lazer no grupo de entrevistados envolvem também manifestações culturais em percentual significativo, como: como o jongo (34%), capoeira (18%), danças (14%), festas (15%), praia (2%) e festa junina (1%). A alimentação da população ainda conserva grande relação com as tradições de seu passado, incluindo biju, salga e pescado.

A pesca é a atividade mais importante neste grupo de entrevistados, representando 65% deste grupo social, embora haja 10% maricultores. Dentre as espécies capturadas apontadas pelos entrevistados encontra-se: corvina (28%), Paraty: (15%), anchova (13%), tainha (6%), havendo também a pesca do camarão. Para a atividade da pesca os pescadores usam barca e canoa e seus equipamentos são simples: rede e anzol.

A produção da pesca é vendida em peixaria, sendo a proporção de venda para os turistas que visitam a região, importante. Verificou-se que 34% dos entrevistados que praticam a pesca não tem o benefício do defeso, nem contam com o apoio de ONGs, sendo que 54% dos entrevistados mencionaram a necessidade de ser oferecido cursos para melhor capacitá-los na atividade.

¹⁵ Fonte: Comunidade Remanescente de Quilombola de Marambaia, 2011.

A maricultura é praticada por 6 moradores dentre os entrevistados, observando-se que a produção de mariscos correspondem a 16% e a produção de mexilhão (66%) deste grupo. Nas entrevistas realizadas foi apontado a existência do impacto na área proveniente da expansão do Porto de Sepetiba.

Outra atividade complementar que está presente na Comunidade do Quilombola de Marambaia é o artesanato, realizado por 7 moradores que produzem bonecas, peças de crochê e artesanato em geral, utilizam como matéria prima conchas e materiais do mar, vendendo diretamente na cidade, nos mercados locais. Usam como matéria prima sementes, fibras e material reciclado, que são vendidos diretamente aos turistas em Angra dos Reis. A dificuldade de obter a matéria prima foi referida por parte de 37% dos entrevistados. Constitui uma reivindicação deste grupo social o incentivo para as atividades e capacitação para a realização do artesanato, que só em parte apresenta algum retorno econômico.

A Comunidade de Quilombola de Marambaia, está localizada no litoral de Mangaratiba, na Ilha da Marambaia, em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares. Para o deslocamento a população necessita fazer uso de barco (92%) havendo o deslocamento interno que é feito a pé. Não há transporte público, segundo a informação de 94% dos entrevistados.

A Comunidade da Ilha de Marambaia contam com o apoio de várias ONGs, entre elas estão a FASE e a KOINOMIA. A comunicação externa na Comunidade segundo os entrevistados se dá, principalmente, por rádio (50,91%), TV (36,36%) e jornal (1,82%). O uso do telefone (público ou próprio) é utilizado por 7,27%. Ainda observa-se neste item o uso da internet comunitária, 3,64%. Internamente a Comunidade faz uso do telefone celular, segundo 16% dos entrevistados.

A população desta comunidade conta também com apoio de Programa Federal, o Bolsa Família que neste grupo social atende a 58,18%, sendo 9% dos pesquisados apoiados com programa de Cesta Básica. Segundo informação da pesquisa, os programas poderiam atender um número maior de pessoas, entretanto falta documentação exigida e vaga do programa para a área.

A comunidade considera as instalações das escolas adequadas (67,2%) e atendem às necessidades deste grupo social (58,1%), entretanto, há reivindicação para contratar novos professores e incluir o ensino médio e médio técnico nas escolas.

Em termos de saúde, apurou-se na pesquisa, que para a necessidade de tratamento 58,18% dos entrevistados recorrem a médicos, 1,8% posto de saúde e 23% procuram o Hospital da Marinha.

Foram citadas como doenças mais frequentes: as gripes 29%, a hipertensão 23% e a dor de cabeça 9%.

Para atendimento de emergência, os moradores buscam o posto de saúde da Marinha (58,18%) e o Hospital de Mangaratiba (36,36%). A comunidade utiliza também práticas ligadas as suas tradições, recorrendo ao uso de chás e banho de ervas, no grupo entrevistado, aproximadamente 18% fizeram referência a estas práticas.

⇒ **Cooperativa de Produtores Pacova**

A Pacova, que significa em Tupi-Guarani, banana, é uma cooperativa de produtores rurais situada no bairro de Barra Grande, que produz doce de banana orgânica. Os objetivos de sua criação em 2008 foram o de comercializar o seu produto sem a presença de atravessadores e o de se tornar um centro de cultura para a comunidade. A atividade de fabricação de banana busca agregar valor aos produtores a ampliar a oferta de emprego.

Os moradores desta cooperativa pertencem ao bairro de Barra Grande que está localizada entre o Saquinho do Corumbe e o rio Mambucaba sendo que aproximadamente 700 habitantes vivem da atividade que realizam como produtor rural.

A comunidade é atendida por energia elétrica através do programa Luz para Todos que, além de atender ao abastecimento da energia colaborou através de FURNAS S.A. com outros projetos que a cooperativa desenvolve.

A agricultura desenvolvida é pouco insumista, 81% dos entrevistados não faz uso de adubo químico, 72% não faz uso de calcário. Vale ressaltar que 81% das propriedades dos produtores entrevistados informaram possuir reserva legal no sítio, sendo que 72% dos produtores informaram não se verificar a ocorrência de erosão e de desmatamento. Outra característica desses produtores é a utilização de água, que apresenta boa qualidade.

Observando-se as manifestações culturais e religiosas da comunidade tem-se um percentual de produtores que assinalam a participação em festa de padroeira (16%), festa junina (25%) e folias de reis (16%).

A área apresenta boa acessibilidade segundo 45% dos entrevistados, sua localização se dá no trecho entre a sede de Paraty e Mambucaba. Para efetuar suas atividades deslocam-se principalmente por meio de transporte (63%) próprio ou compartilhado, sendo o deslocamento a pé expressivo (36%). A comunidade conta também com transporte público e alternativo, utilizado por 72% dos moradores entrevistados.

Os produtores da comunidade de Barra Grande pertencem à cooperativa de Pacova e graças a sua organização e articulação contam com o apoio e parceria de diversas entidades. O INCRA cedeu espaço para a construção da cooperativa; o MDA participa com inúmeros projetos como Arca das Letras, Biblioteca Comunitária, Escolinhas de Futebol, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - PNDE, do Governo Federal; FURNAS que apoiou a reforma do galpão e a aquisição da caminhonete da cooperativa. A UNACOOOP é parceira da Pacova em inúmeros projetos. Em termos sociais destaca-se ainda o Projeto de Inclusão Digital, que implantou sala de informática, o Projeto Pacova Feito a Mão que apóia mulheres da comunidade na produção de artesanato feito com fibra de bananeira. Através da cooperativa, a Comunidade vem participando de inúmeros congressos e seminários em diversas cidades entre as quais o Rio de Janeiro e Brasília.

O hábito alimentar da comunidade apresenta-se variado incluindo farinha de mandioca (33%), pescado (66%), tapioca (6,6%), água de coco (6,7%), caldo-de-cana (6,6%) e doces (6,6%).

Quanto à comunicação externa verifica-se que do número de pessoas entrevistada 34% do grupo comunica-se através do uso de rádio, (34%) através da TV e 3,1% utilizam o jornal. O telefone público é utilizado por 25% dos entrevistados e 3,1% faz uso da internet comunitária.

Na comunidade encontra-se também 54% de pessoas que recebem apoio do Governo Federal através do Programa Bolsa Família, não havendo maior participação no programa, principalmente pela falta de informação.

As escolas da comunidade são consideradas pelos seus integrantes adequadas e atendem às necessidades existentes. A qualidade de ensino, segundo os entrevistados, foi considerada boa (27%) e regular (48%), entretanto observa-se que há reivindicação de melhoria das instalações e de inclusão de ensino médio e médio técnico.

Em relação ao atendimento de saúde a pesquisa apontou que em caso de necessidade de tratamento de saúde a população recorre aos bombeiros (25%), a Defesa Civil (31%), sendo atendido pelo Hospital de Angra e Paraty. Destaca-se também que na comunidade existe um Posto de Saúde. Dentre as doenças mais comuns apontadas pela população, encontram-se a diabetes (36%), pressão alta (42%) e verminose (5%). Para finalizar observamos que na comunidade de Pacova há uma atividade de artesanato responsável pela produção de bolsas, carteiras, cestos, chinelos, porta-retrato e doce de banana. Estes artefatos são vendidos pelos próprios artesãos no mercado local ou em feiras. A matéria prima utilizada na produção do artesanato são: cipó, fibra de banana, havendo informação dos entrevistados que a atividade produz um retorno financeiro regular. As pessoas envolvidas nesta atividade também reivindicam apoio através de cursos de capacitação.

Comunidades de Pequenos Produtores Rurais de Seropédica

O município de Seropédica conta com várias comunidades rurais oriundas de assentamentos rurais e de pequenos produtores que vivem da uma agricultura familiar. Entre eles, os assentamentos Filho do sol, Carretão, Santa Alice e Mutirão Sol da Manhã são os que fazem parte desta pesquisa. Estudos sobre o município assinalam que a ausência de políticas públicas por longo período para contribuir para o desenvolvimento da agricultura deixaram esta atividade bastante defasada em relação a sua capacidade de contribuir para o abastecimento local ou mesmo da região metropolitana. Assim, a situação encontrada nestas unidades produtivas requerem atenção mais detalhada e planejamento adequado para que estes produtores possam sair deste patamar em que se encontram e extrair de fato, de suas atividades, o seu sustento e encontrar um arranjo de atividades produtivas rurais o mais satisfatório possível.

O município do ponto de vista ambiental apresenta uma situação que merece atenção especial. A intensa atividade de extração de areia afetou inúmeros rios da área municipal e gerou impactos significativos que prejudicam a atividade agrícola do município. Por outro lado, o estado precário dos equipamentos e máquinas dificultam as atividades destes produtores. O baixo grau de qualificação aliado a pouca preocupação com as questões ambientais que afetam a produção, somam-se aos problemas destas comunidades.

Apesar destes problemas, a atividade ligada à agricultura orgânica vem se destacando em algumas comunidades e apontando uma tendência, com grandes possibilidades de se

consolidar. Vários fatores contribuem para o incremento desta produção em Seropédica e que já foram apontados em estudos anteriores, entre os quais, cita-se a redução nos custos de produção e os preços bastante diferenciados alcançados, além da presença de um grande mercado urbano consumidor, especialmente no núcleo metropolitano – o Rio de Janeiro.

O Município foi contemplado com recursos do PRONAF, infraestrutura para aquisição de retroescavadeira, aquisição de veículo, reforma de centros comunitários e construção de galpão para comercialização. Entretanto, constata-se que estes equipamentos, devido à má conservação por parte do poder público local não se apresentam em bom estado.

A presença da Universidade no Município constitui um fator favorável, entretanto estudos apontam, também, que poderia ser melhor aproveitada. O Município conta ainda com a presença da EMATER e de um Conselho Municipal de Agricultura.

Os assentamentos que possuem associações apresentam reduzida participação dos assentados nas discussões dos projetos, as ações levadas a efeito ocorrem de forma desconecta, levando muitas vezes ao desperdício de recursos.(GOLINSKI et al.).

O Relatório da Equipe de Campo sobre estas Comunidades sintetiza informações que serão detalhadas a seguir:

- quanto às condições de acesso à associação e aos sítios, a maioria indicou dificuldades. Os entrevistados informaram ainda, que a comunidade não dispõe de infraestrutura para comercialização; o saneamento básico nas propriedades também foi considerado ruim.

- as plantas indicadoras da presença de solos ácidos listadas foram: rabo de burro, sapé, tiririca. Outro ponto importante coletado nos questionários é que a maioria dos agricultores nunca fez uma análise de solo e aqueles que já fizeram foi há muito tempo. A prática da utilização de adubos orgânicos também foi observada, poucos agricultores utilizam fertilizantes químicos ou agrotóxicos. A maioria dos entrevistados indicou não fazer uso de um sistema de irrigação. O fornecimento de água para as culturas existentes ocorre naturalmente ou através do uso de mangueiras;

- a água utilizada pela maioria é fornecida pela CEDAE. A Comunidade do Carretão indicou que grande parte dos entrevistados possui em sua propriedade nascente ou córrego. Estes indicaram nunca terem realizado análise da água;

- com relação à preservação de reserva legal, a maioria indicou não existir. Na Comunidade Santa Alice, houve a indicação de dois agricultores que estão participando do projeto de Agrofloresta – Bacia do Guandu;

- as Comunidades não fazem uso de máquinas e implementos agrícolas para o preparo do solo, bem como, não fazem uso da prática da queimada para limpeza do solo. Os poucos agricultores que fazem uso de agrotóxico, não fazem por indicação de um receituário agrônomico. Os agrotóxicos mais utilizados são herbicidas e iscas para formigas;

- as informações obtidas nos questionários não permitiram estabelecer com clareza quais as culturas produzidas comercialmente pelos agricultores;

- na Comunidade Carretão, 13 agricultores informaram produzir organicamente, mas sem a utilização de um selo de certificação. As culturas indicadas foram: coco, cana, aipim, banana, hortaliças, guandu, milho, feijão, quiabo, manga e jambo. As demais comunidades indicaram o cultivo de aipim, banana, abóbora, abacaxi, plantas ornamentais, hortaliças, laranja, etc.;

- poucos agricultores informaram a existência de criações, porém os animais indicados foram aves, suínos, minhocas, peixes, bovinos e equinos;

- a maioria dos agricultores comercializa para intermediários ou em feiras livres da região. Existe um desejo em filiar-se a UNACOOOP para ampliar as oportunidades de comercialização;

- as informações obtidas nos questionários demonstram pouco ou nenhum conhecimento a respeito do Território da Baía de Ilha Grande, desconhecem que o Município já foi atendido por um projeto do PRONAT. As necessidades apontadas pelos entrevistados foram: máquinas agrícolas, assistência técnica, custeio, insumos agrícolas, melhoria das estradas de acesso às Comunidades, transporte, galpões, estufas, sistemas de irrigação, ponto de vendas entre outros. Verifica-se como um traço geral a baixa perspectiva futura para os jovens integrantes destas comunidades rurais.

⇒ Comunidade Filhos do Sol

Na Comunidade Filhos do Sol vivem 17 produtores rurais, sendo que foram entrevistados 9 produtores, cuja área do sítio está em torno de 2 a 3 ha, havendo um produtor

com área de 6,4 ha e outro com 5 ha. Na sua maioria contam com mão de obra familiar, havendo um produtor que conta com 8 membros na família; 4 produtores com 6 e 4 membros e os demais com 2 e 1 membro na família.

O grau de escolaridade do produtor varia: 4 produtores possuem ensino médio, 4 produtores ensino fundamental incompleto. Os filhos dos produtores apresentam uma escolaridade mais elevada, havendo aqueles que apresentam ensino médio e superior.

Para maioria destes produtores os acessos aos sítios e a associação são considerados ruins e em termos de saneamento básico foi observada em todos os sítios a ausência desta infra-estrutura básica.

Na última safra os produtores só cultivaram 1 produto (quiabo, feijão, aipim); 2 produtores cultivaram 2 produtos (milho e feijão e banana e quiabo) e um produtor cultivou 3 produtos (aipim, milho e abóbora).

Não há referência de utilização de fertilizante químico por parte destes produtores, sendo que apenas 1 fez uso de calcário nos últimos 3 anos, entretanto, muitos (4) fizeram uso de adubo orgânico utilizando esterco de boi, galinha e /ou porco. Foi apontado também a expectativa de plantio para próxima safra, neste aspecto dois produtores pretendem cultivar coco; um cultivar aipim e criar porcos e peixe; cultivar em estufa, criar galinha, feijão de corda; minhocultura.

Observa-se com relação à disponibilidade de recursos naturais que nenhum produtor possui reserva legal, poucos (3) tem vegetação nas margens dos rios e nenhum faz recuperação nas matas ciliares e que a disponibilidade de água por córrego ou nascente só se verifica em 4 produtores. Nenhum produtor realizou análise para saber a qualidade da água, embora considere a água utilizada para a lavoura de boa qualidade. Os sistemas utilizados são simples, manual, uso de regador, mangueira, ou ainda, através de bombeamento d'água de poço.

Ainda com relação aos aspectos relacionados aos recursos naturais disponíveis nos sítios, verificou-se, que quanto à cobertura vegetal, que uma boa parte da área está ocupada com pasto de baixa qualidade. A maioria dos produtores não realizou análise do solo e, os que o fizeram, realizaram esta prática há aproximadamente 4 anos.

Praticamente todos os produtores apresentam problemas de encharcamento na área da lavoura, sendo mais acentuado no período do verão. De acordo com a resposta dos produtores, a área apresenta dificuldades de drenagem. Entretanto, segundo os produtores não há nas áreas alagadas a presença de taboa denotando com isso que a área não se mantém alagada o ano todo.

Do ponto de vista do manejo observou-se na Comunidade Filhos do Sol que apenas um produtor faz uso de agrotóxico (tamaron, malatol) realizando esta prática, o uso destes produtos, com orientação técnica. Os produtores não fazem uso de fogo para limpeza da área.

Na Comunidade Filhos do Sol há 4 produtores que fazem uma pequena criação de animais, sendo a criação principal os bovinos, os cavalos, A criação de porcos ocupa um segundo lugar de importância, há produtores que ainda se dedicam a criação de peixe, galinha e/ou porcos. Suas principais culturas podem ser observadas no quadro a seguir:

Principais Culturas – Comunidade Filhos do Sol

PRODUTOR	1ª CULTURA	2ª CULTURA	3ª CULTURA
1 - Yanda Rodrigues pereira	Hortaliças		
2 -Leni de Souza Barbosa	Coco		
3 -Maria Dulce F. Borges	Milho	Aipim	
4 - Francisco Seberto Ribeiro	Banana / Abacaxi	Laranja / coco	P. ornamentais
5 - Lenice Alves	Coco		
6 - Lina Silva Araujo	Minhoca		
7 - Waldernice O.Santos			
8 - Blandino Gomes Amaral	Aipim	Abobora	Milho
9 - Silas Amaral da silva	Laranja	Mangueira	Caju / goiaba

Fonte: UNACOOP - Trabalho de Campo, 2009.

A comercialização da produção destes agricultores se dá em sua maioria por atravessadores, havendo agricultor que realizou a venda de seus produtos diretamente na feira. Verifica-se que estes produtores estão organizados em uma associação que, entretanto, não possui nota fiscal. Neste sentido, foi apontado pela maioria o desejo de participar de outras formas de comercialização e de fazer parte da UNACOOP.

⇒ Comunidade Carretão

Na Comunidade Carretão vivem 63 produtores rurais, sendo que foram entrevistados 16 produtores que desenvolvem suas atividades em sítios cuja área varia entre 1 A 25 ha.

Suas atividades agregam mão-de-obra familiar, não obstante o número de membros na família, em sua maioria gira em torno de 2 pessoas. Verificou-se quanto à renda familiar que 4 produtores recebem aposentadoria. A escolaridade neste grupo de produtores não é elevada, havendo ainda a presença de produtores e membros da família (mãe) que são analfabetos. Nesta comunidade os produtores não possuem Nota Fiscal e apenas 6 contribuem para o INSS.

Em termos de atividade produtiva, verificou-se na Comunidade de Carretão que 8 pequenos produtores rurais realizaram recentemente análise do solo. A vegetação com maior ocorrência na área é o pasto de baixa qualidade.

Na última safra, observou-se que aproximadamente 6 produtores plantaram aipim, 3 produtores cultivaram quiabo, 2 plantaram banana, havendo ainda produtores que plantaram coco, guandu, milho, cana e maxixe.

Em termos de perspectiva de produção para o futuro foi apontada a decisão da implantação das seguintes atividades agropecuárias: quiabo- milho-aipim; feijão-aipim-café; criação de porcos e galinhas e ainda lavouras de milho-guandu.

Em termos de recursos naturais, observa-se que 10 produtores possuem no sítio algum córrego (1) e nascente (9) que utilizam para irrigar a lavoura. Entretanto, nenhum produtor realizou análise para verificar a qualidade da água, empiricamente, 6 produtores consideraram que a qualidade da água é boa, sendo que somente 1 produtor considerou o gosto de água salobra.

Identificou-se que 9 produtores apresentam problema de encharcamento do terreno no período do verão, em função da ocorrência das chuvas. Para drenagem da água proveniente deste alagamento, os produtores utilizam-se de um valão, presente na área.

Verificou-se também que a metade dos produtores contam com uma reserva legal, entretanto, a existência de vegetação nas margens do rio só foi apontada por 3 produtores. Não há iniciativas na Comunidade no sentido de se recuperar a mata ciliar.

O manejo do solo apresenta como característica: a ausência do uso do fogo, na limpeza da área de cultura, já que dos 16 produtores apenas 3 fizeram referência a utilização desta prática, baixo grau de mecanização, apenas 1 produtor referiu-se ao uso desta prática e

utilização de agrotóxico (7), sem orientação técnica (herbicida, praguicida, formicida, inseticida).

A criação de animais não é muito difundida pelos produtores entrevistados nesta Comunidade, não obstante foi verificado a criação de galinha, porco, cabra e de gado bovino, em pequena proporção. Observou-se a presença de produção orgânica, incluindo cultivo de hortaliças, coco, banana e cana. Estes produtos são vendidos no próprio sítio ou em feiras, ou, então, são consumidos pela própria família do produtor. A produção agrícola da Comunidade é diversificada e inclui aipim, guandu, quiabo, maxixe, feijão, abóbora, além de coco, banana, jabuticaba, manga, cana, mamão e limão. Suas principais culturas podem ser observadas no quadro a seguir:

Principais Culturas – Comunidade Carretão

PRODUTOR	1ª CULTURA	2ª CULTURA	3ª CULTURA
1 - Almerindo Siqueira Tavares	Coco	Banana	Cana de açúcar / jambo
2 - Armando Luis de Santana	Aipim	Milho	Feijão / banana
3 - Jorge Ariaman de Carvalho	Banana	Jaca	Manga
4 - Vilma Teixeira	Guandu	Maxixe	Banana
5 - Adilson Viriati Rangel	aipim	Manga	
6 - Manuel Ferreira Volatao	Banana	Coco	
7 - Sebastião Gomes da Silva	Aipim	Quiabo	Abóbora / horta / milho / feijão
8 - Luiz Alberto da Costa		Banana	Coco
9 - Urbano Jose de Pereira	Banana	Aipim	Horta
10 - Aristeu Jose de Paiva	Banana	Aipim	Quiabo
11 - Pedro Paiva Neto	Cana		
12 - Jorge de Paiva	Banana / Jabuticaba	Jaca / manga	Coco / Mamão / Limão
13 - Jose Gomes da Silva	Mandioca		
14 - Gregorio Jose de Paive	Aipim	Quiabo	
15 - Manuel Carlos Olivieri	Cana de açúcar		
16 - Ernesto de Souza Belem	Banana		

Fonte: UNACOOP - Trabalho de Campo, 2009.

A comercialização da produção é feita em feira por 5 produtores e no próprio sítio 3 produtores. Não há comercialização na CEASA, segundo os produtores, por falta de nota fiscal ou de produção ou ainda, por não compensar.

As estradas de acesso à Associação e aos sítios não apresentam boas condições e são consideradas pela maioria dos produtores de péssima qualidade e de acesso ruim. Em termos de saneamento básico apenas 3 produtores contam com esse tipo de infraestrutura básica na propriedade

Indagados se gostariam de fazer parte da Unacoop, 5 produtores responderam negativamente. Os produtores apontaram como item necessário ao desenvolvimento das atividades agrícolas incentivos para produzir, apoio do governo, assistência técnica, equipamentos de maquinaria, transporte e apoio para comercialização.

⇒ Comunidade Santa Alice

Na Comunidade de Santa Alice vivem 60 produtores rurais, sendo que foram entrevistados 14 produtores que desenvolvem suas atividades em sítios utilizando-se em suas atividades de mão-de-obra familiar.

A produção da comunidade é diversificada abrangendo o cultivo de feijão, aipim, quiabo, tomatinho, berinjela, vagem e produtos da horta. Produzem, igualmente frutas entre as quais se destacam: coco, acerola, jaboticaba, carambola, goiaba e manga. Há na comunidade iniciativas de cultivo orgânico que é realizada por sete produtores, sendo que dois deles estão certificados pela Abio. Em relação aos produtos orgânicos estes produtores recebem apoio do Serorgânico, ONG que colaborou em vários aspectos do processo produtivo relacionado ao cultivo orgânico. A comercialização dos produtos é feita na Glória, através de camelô, fábrica de sorvete e em domicílio.

Principais Culturas – Comunidade Santa Alice

PRODUTOR	1ª CULTURA	2ª CULTURA	3ª CULTURA
1 - Katsuaki Misogun	Feijão de corda	Quiabo	Vagem macarrão / maxixe
2 - Fatima Midozi Ohara	Acerola	Jaboticaba	Carambola
3 - Masami Nagao	Goiaba		
4 - Jornandes Jose Guedes	Maxixe		
5 - Jaqueline Fernandes De Carvalho	Tomatinho	Feijão	Berinjela
6 - Fernando Yoshitsuka			
7 - Luiz Satorn Akazura	Jaboticaba	Manga	
8 - Massato Yohizuca	Quiabo		
9 - Lucia Helena Geoffroy			
10 - Akio Nagao	Goiaba	Aipim	Coco
11 - Jorge Martins Rodrigues	Goiaba	Coco	
12 - Cremilda Gomes Giori			
13 - Ingo Glaser	Horto familiar		
14 - Getulio Do Amaral Thomaz			

Fonte: UNACOOP - Trabalho de Campo, 2009.

A criação de animais também é praticada pelos produtores de Santa Alice, os quais vêm se dedicando tão somente à criação de galinhas, gado leiteiro, pato, peru, ganso e porco, entretanto, o fazem em pequena dimensão.

Em termos de atividade produtiva verificou-se na Comunidade Santa Alice que há 6 produtores que fizeram análise do solo sendo que o tempo de realização desta prática variou: 2 produtores já utilizaram desta prática há aproximadamente 15 anos e 10 anos; enquanto os outros dois realizaram esta análise mais recentemente.

As atividades destes produtores, inclui-se a prática de adubo químico e o emprego de calcário nos últimos 3 anos. Houve também referência a adubação orgânica utilizando de compostagem, além de esterco de galinha e de boi.

Dos 10 produtores entrevistados, apenas 5 fizeram algum plantio na última safra. Há uma gama de cultivos que os produtores fizeram referência em termos de intenção de plantar, destacando-se: feijão de corda, maxixe, jiló, tomatinho, pimenta do reino, quiabo, aipim, batata doce, inhame e frutas como goiaba, manga. Observou-se nesta Comunidade uma preferência do agricultor por uma produção mais diversificada e integrada.

Em termos de recursos naturais observa-se que a Comunidade não apresenta córrego ou nascente que possa utilizar para irrigação. Não havendo também reserva legal na maioria dos sítios. Apenas 3 produtores fizeram referência de contar com reserva legal. Somente 1 produtor fez referência a presença de vegetação nas margens dos rios e 2 produtores fizeram recuperação de mata ciliar.

Para a irrigação de lavoura os produtores usam água da CEDAE e poço. Quanto as técnicas de irrigação verifica-se a existência desde formas mais simples, como por exemplo mangueira, até um sistema de aspersão, havendo, ainda, aqueles produtores que não fazem o seu uso. Em termos de qualidade da água verificou-se que apenas 3 produtores fizeram análise da água, sendo que 2 fizeram mais recentemente. A qualidade da água, entretanto, é considerada boa pela maior parte dos produtores.

No que diz respeito a participação da comunidade em projetos oficiais, foi verificado com a pesquisa que os seus produtores nunca participaram de Oficinas do Território do Ministério do Desenvolvimento Agrário nem conhecem projetos financiados pelo PRONAT. Os produtores apontaram como itens necessários ao desenvolvimento das suas atividades

agrícolas o incentivo do Governo; assistência técnica; irrigação; estrada em boas condições e comercialização, transporte e aquisição de trator.

⇒ **Comunidade Mutirão Sol da Manhã**

A Comunidade Mutirão Sol da Manhã que engloba 56 produtores é outro assentamento que está localizado em Seropédica, sendo cortado pela Via Dutra. Sua história associa-se a luta pela terra de um grupo de trabalhadores rurais do MST, criado em 1983 em área pertencente ao INCRA. Este órgão deu assistência técnica inicial na montagem do assentamento após o recebimento do título. Estes trabalhadores rurais, durante 1 ano, acamparam em área abandonada pertencente a família Moura Costa. A UFRRJ teve grande influência no processo de luta destes agricultores, colocando-se ao lado dos acampados e da luta pela terra.

O assentamento conta com organização através de uma Associação denominada Mutirão Sol da Manhã ligada à Unacoop e que possui uma sede. Neste local foi construída uma cozinha industrial equipada com geladeira, fogão industrial e todo material necessário para a fabricação de doces, salgados e compotas.

Esta Comunidade foi considerada pioneira em um projeto levado a efeito pela EMBRAPA, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, visando uma experiência de manejo e diversidade genética do milho para áreas de solo de baixa fertilidade.

A partir de 2007 a Rede Ecológica, também, se aproximou de Seropédica, especificamente do assentamento rural Mutirão Sol da Manhã. Estes produtores contaram com recurso do PRONAF, PROCERA e apoio da PESAGRO. O assentamento, na época de sua criação, era composto de 53 famílias que trabalhavam na terra. Por falta de assistência não conseguiram se manter e atualmente aproximadamente 20 famílias ainda trabalham a terra para sua subsistência. Recentemente, através da Associação dos Microprodutores do Assentamento Mutirão Sol da Manhã, passaram a participar com produtos orgânicos contribuindo com o cardápio semanal da Rede Ecológica. (REDE ECOLÓGICA, 2011).

Estudo realizado por Ruella (2008), considera que “Atualmente um grupo de produtores preocupados com as questões ambientais, como desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, resgatou a produção alimentos orgânicos e uniu-se a outros assentamentos, Santa Alice e El Dorado, que têm este objetivo, criando o grupo SerOrgânico - Grupo de

Produtores Orgânicos de Seropédica . Este conta com o apoio da ABIO - Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro para a realização de atividades que visam incentivar as práticas agroecológicas e a certificação através do mecanismo de avaliação SPG-ABIO - Sistema Participativo de Garantia. A produção orgânica dos assentados é diversificada possuindo: abóbora, taioba, aipim, batata doce, banana, tomate, milho variedade Sol da Manhã, acerola, maracujá, coco, feijão de corda, ovos caipiras, guandu, vagem alessa, inhame, limão, jaca, laranja e folhosas. Esta é destinada à venda na feira do Centro de Pesquisa da Petrobrás, à distribuição na Rede Ecológica¹⁰ e à venda em um quiosque situado no centro de Seropédica adquirido pela ONG Francesa Atores no Mundo Agrícola e Rural (AMAR), que também atou no assentamento. Vale destacar que existe a preocupação de que a área coletiva da associação seja reflorestada e a busca de soluções para o lixão de Seropédica que fica situado no assentamento”.

O mesmo estudo concluiu que com base em dados da pesquisa o Mutirão Sol da Manhã sofreu um declínio pelo aumento do individualismo, porém atualmente os produtores buscam recuperar a união através da produção de produtos orgânicos e de ações de preservação ambiental

A COMISFLU Cooperativa Mista Sul Fluminense, município Angra dos Reis, tem em seu quadro social Pequenos produtores e Agricultores Familiares e por indicação de seu representante legal as entrevistas foram realizadas na comunidade rural do Zungú e serra Dágua.

APPRVM – Associação de peq. Produtores Rurais do Vale de Mambucaba, não houve nenhum representante no momento da reunião para que se agendasse a visita a comunidade , portanto, não foram entrevistados .

Ambas atuam na região a mais de 20 anos mas, não possuem Dap jurídica para atendimento ao PNAE sendo este o maior entrave dos agricultores locais para acessarem as políticas públicas. A DAP é documento difícil de ser conquistado em todo o Estado e principalmente no TERRITÓRIO BAIA DA ILHA GRANDE, DEVIDO A SEUS CRITÉRIOS.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Quando se objetiva a promoção do desenvolvimento do Território da Baía de Ilha Grande deve-se discutir as alternativas de soluções (ações) que visem potencializar as características naturais, culturais e históricas das comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, caiçaras e agricultores familiares que estão presentes na área, identificando as suas potencialidades socioeconômicas e viabilizando o protagonismo destes atores sociais.

Os programas voltados para estes grupos devem objetivar a minimização dos danos derivados de decisões dos macro processos econômicos que vem favorecendo a implantação na área de empreendimentos de grande porte nos setores de indústria de transformação e turismo e ampliar os elos entres estes segmentos potencializando as atividades culturais e as ligadas à natureza, existentes no Território.

Neste processo, é importante discutir os melhores caminhos para aproveitar as oportunidades que o crescimento econômico da área possibilita de forma a não causar prejuízos a vida das comunidades tradicionais existentes e ao seu meio ambiente, nele compreendido, sua cultura, sua história e seu patrimônio natural, com suas paisagens, seus ecossistemas e sua biodiversidade. Os produtos ligados ao artesanato oriundos destas Comunidades, bem como os produtos orgânicos despontam como uma tendência que apresentam uma margem de expansão a serem incentivados.

No Brasil de uma forma geral, é comum a implantação de grandes empreendimentos, em determinada área, excluindo as populações locais, seja dos benefícios ou expulsando de suas terras e de suas origens.

Entretanto, está provado que tal caminho não leva ao desenvolvimento das regiões do país, pois acabam gerando no futuro problemas socioambientais imprevisíveis. Assim, é fundamental discutir a inserção destes povos tradicionais em todo este processo, que vem ocasionando fortes mudanças na área.

Estes debates devem conter a idéia de que todo empreendimento a ser implantado precisará se comprometer efetivamente com o bem estar da população, o que compreende a preservação de um meio ambiente saudável. Além deste aspecto, é fundamental que a inserção em termos de emprego seja capaz de incluir os trabalhadores no sistema de benefício de previdência e saúde garantindo todos os seus direitos previstos em lei. Neste aspecto

ampliar programas e ações que venham integrar as atividades, com já vem sendo feito, são de grande relevância para o protagonismo destes grupos sociais.

A maioria dos empreendimentos previstos para área são vultuosos e o tipo de instalação está associado a elevados impactos sociais e ambientais. Estes vão desde a ocupação desordenada do solo, expulsão das populações tradicionais de suas terras, desmatamento de encostas e matas ciliares, aterros em áreas de manguezais, entre outros. Dentre as conseqüências deste processo está o aumento da vulnerabilidade, tornando a área sujeita à riscos provenientes de enchentes, desmoronamento de encostas, poluição dos rios, enseadas e praias. A área como vimos, apresenta relevo acidentado com regime de chuvas torrenciais que aumentam o intemperismo com as intervenções humanas em locais impróprios ou incompatíveis. Na sua história já há vários registros de desastres, inclusive remontado ao século XVII.

As preocupações advindas com as mudanças climáticas trouxeram a necessidade de um cuidado ainda maior com o meio ambiente, pois todos estes aspectos se relacionam e em circunstâncias especiais podem ocasionar cenários imprevisíveis, sendo que a ocorrência de tragédia envolvendo populações não está descartada. A presença das Usinas Nucleares na área aumentam a responsabilidade com a área e a segurança da população e exigem a elaboração de planos de evacuação nos quais as comunidades devem participar efetivamente.

De fato, tomar conhecimento dos empreendimentos previstos para área, bem como dos riscos que oferecem, é uma tarefa que as comunidades tradicionais devem ter pela frente, inclusive sendo necessário envolver os jovens. Participar de audiências públicas e fóruns é fundamental para a proteção, preservação e desenvolvimento destas comunidades tradicionais. Discutir formas de preparação da área para minimizar os impactos previstos com os empreendimentos é outro ponto a considerar nestas reuniões.

Sabemos que não pode haver desenvolvimento onde as vulnerabilidades são muito elevadas. O desenvolvimento requer escolha racional da implantação das atividades em relação ao uso dos recursos naturais para tornar-se um processo durável, ou seja com sustentabilidade. Assim, é urgente que as comunidades tradicionais avancem na luta por um território com sustentabilidade.

Neste aspecto, vale pensar na possibilidade de os empreendedores superarem a idéia de que a proteção ao meio ambiente é uma barreira ao crescimento econômico e, assim, só se

limitarem a atender a legislação ambiental existente. Buscar uma parceria e atitudes de solidariedade com estes grupos sociais, admirando suas histórias e colocando-se numa posição de compreensão dos pontos de vista destas comunidades, pode se tornar um novo elemento necessário ao desenvolvimento da área como um todo e do próprio empreendimento.

Observa-se que na área há muitas atividades divergentes sendo relevante compreender o ponto de vista de cada atividade e os choques de interesses que estão se manifestando. A idéia é buscar compatibilização dessas diversas atividades como um fundamento importante da promoção do desenvolvimento. Neste processo, de mediação e articulação dos diversos segmentos sociais em prol do desenvolvimento, a liderança do poder público estadual é fundamental.

Lembramos que estas reflexões derivadas deste estudo de caracterização são de caráter contextual e um detalhamento com identificação dos problemas, bem como sua priorização torna-se um passo importante no aprofundamento do conhecimento do Território, em busca de soluções efetivas.

Para concluir, chamamos atenção para o fato de que identificamos que o Território da Baía de Ilha Grande tem sido alvo de interesse de inúmeros projetos de diversos organismos de governo federal, estadual e municipal, além de contar com a atuação de várias ONGs, apoiadas por instituições nacionais e internacionais. Este conjunto de ações merece ser conhecida em mais detalhe, o que não foi possível no âmbito deste estudo. Neste sentido, sugere-se um trabalho de avaliação dos programas implantados e previstos para identificar seus resultados e possíveis superposições e, também, reorientação das ações e estímulos aos projetos de sucesso. Verifica-se a necessidade de aumentar o apoio e ampliar os recursos das diversas políticas públicas, transformando o Território Rural da Baía de Ilha Grande em TERRITÓRIO DA CIDADANIA, para que as Comunidades Tradicionais possam contar com todos os benefícios deste Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA. Disponível em: <<http://wwwhidroweb.ana.gov.br/doc/BHASLeste/index.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

ANDRADE, Eduardo La Regina de. Paraty. **Cidade Histórica. Brasil**. Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/culturasetradicoes/oscaicaras.php>> Acesso em: 06.maio 2011.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/historia/osindios.php>>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/culturasetradicoes/alambiques.php>> Acesso em 25 out. 2011.

ASSOCIAÇÃO RONDON BRASIL(SC). Disponível em: <http://www.rondonbrasil.org.br/index.asp?dep=1>. Acesso em: 31 out.2011.

BRACARENSE. **Diagnóstico sócio-ambiental preliminar dos Territórios. Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**. Brasília (MDA), DF. n. 2007.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informação Territorial (2007)**. Portal Desenvolvimento Agrário. Disponível em:< [http// www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) >. Acesso em: 07 abr. 2011.

_____. Ministério da Pesca e Agricultura. Portal de Serviços do Governo. Pesca Artesanal. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em: 06 maio 2011.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.326. Brasília-DF. Disponível em 19 dez.2011.

_____. Secretaria de Agricultura Familiar. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. Brasília-DF. Disponível em: <<http://mda.gov.br/portal/saf/institucional/adeclaracaoaptidaopronaf>>. Acesso em 19 dez.2011.

CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em Doze Municípios do Estado do Rio de Janeiro com vistas à Inclusão no Cadúnico. Contribuição para a Construção de Identidades Éticas. Relatório Analítico e Perfil Socioeconômico Preliminar das Comunidades Quilombolas e Indígenas**, Rio de Janeiro: CEPERJ, 2010.

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, 2. ed. Rio de Janeiro: CIDE, 1998.

_____. _____. Dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro : Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2005. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br> >. Acesso em: 25 out.2011.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE PARATY. Disponível em: <http://projetopacova.blogspot.com/>. Acesso em: 25 out. 2011

COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html>. Acesso em: 24 out. 2011.

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBA DE MARAMBAIA, 2011. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/oq/atlas/marambaia.htm>>. Acesso em: 25 out.2011.

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO E SANTA RITA DO BRACUÍ. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/atlas/santarita.htm>>: Acesso em 25 out. 2011.

CONI, Tereza, BASTOS, Sônia. Caracterização **Socioeconômica Ambiental e de Transporte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Relatório Final, mar. 2007.

COSTA, Helder. **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro: Uma abordagem Geral**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

COUTINHO, Janailton, NETO, Canrobert Costa. **Preservação e Produção da Memória dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro**. Revista Universidade Rural Seropédica Ciências Humanas. Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, v. 25, n. 1-2, jan.- dez., 2004. p. 107-114. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch26/Revista%20C.%20Humanas%20v.%2026%20n.%201-2/18.PDF>. Acesso em: 27 nov.2011.

DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS. Jun.2008 Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/Cidinho/pages/municipios.asp> > Acesso em: 24 out. 2011.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **BRS 4157 – Sol da Manha NF. Nitroflint – Variedade de milho para a agricultura familiar**. Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/produtos/produtos/sol.html>>. Acesso em: 27 nov.2011.

FIRJAN. Decisão Rio 2011 / 2013. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=402880811F24243A011F243843420638> Acesso em 25 out 2011.

FORUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CAIÇARAS. Disponível em: <<http://forumtradicionais.blogspot.com/>>. Acesso em: 06 maio.2011.

FUNAI. Museu do Índio. Os Guaranis no Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.museudoindio.gov.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=112>. Acesso em:13 mai. 2011.

_____. Povos Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br> . Acesso em: 24 out. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG). Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000. Disponível em: < <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/72-indicadores-e-analises-de-desenvolvimento-humano>>. Acesso em: 25 out.2011.

FURNAS. Programa Luz para Todos – Informe Região Sudeste Goiás, Rio de Janeiro, ano 1, n.11, dez.2006 Disponível em: <http://www.furnas.com.br/luzparatodos/imagens/informe-11dezembro2006.pdf>. Acesso em 21 out. 2011.

GOLINSKI, Janete et al. **Desenvolvimento Econômico Agrário na Concepção de Territorialidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos, RJ. In: XLV Congresso da Sober. Conhecimentos para Agricultura do Futuro, Londrina: SOBER, jul.2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/899.pdf>. Acesso em 28 nov.2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Guia do Censo 2010 para Jornalistas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. Cidades @., 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 25 out..2011.

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 25 out. 2011.

_____, Produção Agrícola Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em http://www.unacoop.org.br/docs/diag_municipais.pdf. Acesso em 06 mai. 2011.

IETS. Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br>>. Acesso em: 25 out.2011.

JONGOS, CALANGOS E FOLIAS. Disponível em : http://www.historia.uff.br/jongos/?page_id=66>. Acesso em : 22 out. 2011.

JUNIOR, Benito Igreja. Cadeia Produtiva da Pesca – RJ. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/47917698/Cadeia-Produtiva-Da-Pesca-Rj-2>>. Acesso em: 06 mai.2011.

FIRJAN. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2006.

DER. Departamento de Estradas de Rodagem. Mapa Rodoviário – Rio de Janeiro: DER – RJ, 2006.

MACHADO, ALTAIR. Brasília, DF: EMBRAPA. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/1998/marco/bn.2004-11-25.7710584357/>. Acesso em: 27 nov. 2011.

MARAFON, Gláucio José, RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

_____. Revisitando o Território Fluminense III. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

MOTTA, Cláudio. Vazamento de óleo atinge mar de Ilha Grande. Rio de Janeiro. Jornal O Globo, Caderno Economia, 18 dez 2011.

OLIVEIRA, Sonia. **Conflitos Ambientais e Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro**. Revista Rio de Janeiro. n. 16-17, mai./dez., 2005: Rio de Janeiro: IBGE., 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Portal ODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 25 out.2011.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. . Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-mbya> >. Acesso em: 27/10/2010.

REDE ECOLÓGICA. Disponível em: <<http://redeecologicario.org/produtores/serorganico/>>. Acesso em: 27 nov.2011.

RUELLA, Priscila Rodrigues et al. **A Produção Coletiva do Assentamento Mutirão Mutirão Sol da Manhã-RJ na Perspectiva Agroecológica.** Disponível em: http://www.xxcbed.ufc.br/arqs/gt2/gt2_05.pdf. Acesso em: 28 nov. 2011.

TCERJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Sócio-econômico 2007. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?Team=%7BAB337EB7-3050-4E5A-8A2F-ECFCAD19071E%7D>>. Acesso em: 25 out.2011.

UNACOOOP – União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30. Diagnósticos Municipais: Baía de Ilha Grande. Rio de Janeiro, jun. 2008. Disponível em http://www.unacoop.org.br/docs/diag_municipais.pdf.

VIANA, Davi P.C. Gestão Participativa em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. Curso de Engenharia Florestal, Seropédica-RJ, mar.2007.

VILAS BOAS, Ana Alice. **A Responsabilidade Social da Universidade Pública: a realidade da UFFFJ.** Disponível em: <http://www.unifenas.br/extensao/administracao/iicongresso/010.htm>. Acesso em: 27 nov. 2011.

YOU TUBE. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gpEzdlHYjTU&feature=related> aldeia barcui>. Acesso em: 25 out.2011.

ANEXOS

Apresentação gráfica das Comunidades Quilombolas, Indígenas, Caiçaras e Agricultores Familiares, juntamente com este documento, segue em anexo no CD-ROM que acompanha este documento.